



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 06/17-21 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2018/06/29**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, no edifício do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, na Av.^a do Centro Cívico em Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Josefina Jesus C. Fernandes Covinha, Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, substituída pelo Tesoureiro Manuel Ramalhosa.
- António Maria Rodrigues Amorim, Presidente da Junta de Freguesia de Venade e Azevedo, substituído por Pedro Miguel Almeida Rodrigues.
- Sandra Paula Fernandes Ranhada, Presidente da Junta de Freguesia de Argela, substituída por João Paulo Serro Fernandes.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.
- Renata Sousa Monteiro, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Christine Ferreira Pereira.
- Severino Manuel Gomes de Sousa, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- Narciso Correia, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Carlos Alberto da Fonte Videira.
- João Filipe da Costa Lages eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por José Valdemar Ferreira Vieira.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de abril 2018;
- c) – Constituição da Empresa Pública “Águas do Alto Minho” para Integração dos Sistemas Municipais de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas com a Participação do Município de Caminha;
- d) – Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências entre o Município de Caminha e a CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros;
- e) – 2ª Revisão ao Orçamento;
- f) – Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação;
- g) – Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Senhora Rita Bouça Diabinho, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes, e fez a seguinte intervenção;

“Na qualidade de munícipe e de cidadã atenta e interventiva, independente de partidos políticos, dirijo-me a esta Assembleia para colocar algumas questões que me preocupam e que considero pertinentes, não sem antes deixar claro que se trata - na minha modesta opinião - de assuntos não apenas do interesse público, mas também do interesse para o executivo autárquico, cujo exercício se tem pautado, na generalidade, por seguir uma linha de continuidade, conforme as expectativas de mudança criadas desde o pós-acto eleitoral de 2013 e que têm, julga-se, vindo a ser reforçadas.

Posto isto, passemos ao que aqui me trouxe:

1-No dia 9 de maio de 2018 foi por mim entregue no ICETA - Laboratório de Toxicologia, da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP), - um frasco (não lacrado) contendo uma amostra dum produto químico, identificado como ‘Roundup ultramax’, para ser submetido a análise;

A recolha do referido produto ocorreu na sequência da sua aplicação por funcionários da empresa Luságua um dia antes, pelas 10h30 da manhã, em zona urbana residencial da vila de Caminha, mais precisamente nas proximidades do Parque 25 de Abril.

O relatório laboratorial do ICETA identificou na amostra o composto “glicina ou glifosato”

Como é sabido, o glifosato é um herbicida de comprovada perigosidade, composto por chumbo, arsénico, mercúrio e, porventura, outros metais químicos prejudiciais para a saúde humana e o ambiente.

Não é de estranhar, por conseguinte, que em março de 2015, o Departamento de Pesquisa sobre o cancro da Organização Mundial de Saúde (OMS) tenha



Assembleia Municipal de Caminha

concluído ser o glifosato (e passo a citar) “provável causador de cancro humano”.

Independentemente das condicionantes à sua utilização estarem expressas na lei (proibindo a pulverização do produto em jardins infantis, jardins e parques urbanos, parques de campismo, hospitais e outros locais de prestação de cuidados de saúde, lares e residências de idosos e escolas), o certo é que o seu cumprimento por parte da empresa prestadora de serviço levanta no mínimo uma dúvida, e uma dúvida, julgo, com fundamento.

Será, de facto, de todo adequada a aplicação deste herbicida em espaços públicos, designadamente em zonas residenciais do centro histórico e nas proximidades do parque municipal, sabendo-se que Caminha é um concelho dado a condições climáticas propícias a ventos fortes?

Mais: será tranquilizadora ver a imagem de alguém, em pleno dia, metido hermeticamente num escafandro, de óculos protetores e luvas, a pulverizar o que quer que seja, sobre ervas daninhas pelas ruas do centro histórico de Caminha?

•Deixo à consideração superior do Senhor Presidente da CM Caminha que avalie da possibilidade de ser implementada outra opção - a exemplo do que já ocorre noutras autarquias - eventualmente uma opção por «métodos não químicos», métodos alternativos aos pesticidas químicos de proteção fitossanitária e proteção integrada, baseados em técnicas agronómicas ou métodos físicos, mecânicos ou biológicos de controlo das pragas, como se encontra referido no ponto 1 do anexo III do documento da diretiva 2009/128/CE do Parlamento Europeu, - que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas.

Lembro-me que antigamente era costume usar-se o DDT nas crianças para as desinfestar de parasitas e como é sabido também era considerado um produto imprescindível até ser posto definitivamente de lado. Só espero que o pesticida glifosato também deixe de ser imprescindível, mais cedo do que tarde!

A bem da saúde humana, da fauna e da flora selvagens, dos insetos úteis, da



Assembleia Municipal de Caminha

biodiversidade e do ambiente em geral.

2-Em 23/09/2014, 15/03/2016, 02/06/2017 foram dirigidas ao Sr. Presidente da CM de Caminha várias solicitações referentes à limpeza, manutenção e colocação eventual de sarjetas de escoamento de águas pluviais nas traseiras da Rua da Retorta (trata-se de um espaço público) e constato que até à data se desconhece a existência de qualquer resposta.

Gostaria, naturalmente, de um esclarecimento.

3-Relativamente ao orçamento participativo e o seu cumprimento referente ao “Programa de esterilização animal – União de freguesias de Caminha e Vilarelho” gostaria de saber qual o ponto da situação.

Como é do conhecimento geral, as colónias de gatos na vila têm aumentado de forma incontrolável.

Apesar da boa vontade e empenho ativo de um grupo reduzido de pessoas que se organizaram num movimento - “SOS gatos da Rua Retorta” - apostado num programa de controlo e esterilização (que à data, abrangeu 11 felinos) e se tornou possível graças a donativos -, depositados em mealheiro na Clínica Veterinária VetLand - de dezenas de munícipes e à disponibilidade e solidariedade das médicas dessa clínica.

A situação vem-se agravando e carece, naturalmente, de uma intervenção urgente e ajustada.

4-Para terminar, não posso deixar de referir um problema de natureza de higiene e manutenção públicas que se tem vindo a agravar: o da inexistência de sanitários no Parque Municipal de Caminha; um lugar icónico que faz parte das infâncias passadas e das presentes, espaço de lazer de eleição de crianças e famílias, hoje quase votado ao abandono e, ciclicamente, usado para satisfazer as necessidades fisiológicas, sobretudo nos dias em que decorre a Feira das Antiguidades.

Fica a pergunta: para quando a sua resolução?

Solicito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que tenho mais três perguntas que gostaria de acrescentar e não estavam inscritas nos temas.



Assembleia Municipal de Caminha

Concede-me V. Ex^a autorização?

- Por que razão as horas da Torre do Relógio nunca mais se ouviram? São o som da Minha Infância.
- Qual o ponto de situação do Gaz Natural na Rua da Retorta e em locais de Caminha?
- O que se passa com o Chafariz do Terreiro? Não tem água!"

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse à Senhora Rita que deve ter conhecimento que o Sr. Presidente não lhe vai poder responder, mas, através dos mecanismos que lhe são facultados vai tentar obter respostas que ela própria remeterá à Senhora.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse, em primeiro lugar que se trata de uma interpelação à mesa, uma vez que houve ali uma intervenção de uma munícipe de Caminha e no mínimo esperava que Sua Excelência (Presidente da Mesa) desse a palavra aos membros desta assembleia. Uma vez que já deu a palavra ao partido socialista, julga que também não negará a palavra à CDU. O Senhor Deputado agradece e valoriza o ato de cidadania ali prestado pela Senhora Rita Bouça. É um exercício de cidadania que vai muito para além do que aquilo a que se está ali habituado. Na verdade, pelo relatório que lhes foi entregue e pela documentação que lhes chegou, depois da sua intervenção vejo que diligenciou no sentido de apurar factos e verdades que nos ultrapassam e por ventura a ultrapassam. Disse ainda que acrescentaria à sua questão outras. O Município de Caminha através do contrato que fez com a



Assembleia Municipal de Caminha

Luságua sabia que iria ser utilizado ou não glifosato? A CDU tem sobre essa matéria uma opinião fundamentada e é uma opinião que é conhecida, até porque em 2016, por exemplo, votaram contra uma proposta que visava a eliminação no imediato da utilização de glifosato, mas num momento muito específico, em que precisamente a Monsanto tinha sido comprada pela Bayer, que apresentava um produto excessivamente caro como alternativa a um produto que era barato. Para além do mais, nessa altura aquilo que estava a ser feito era promover a substituição desse produto, o glifosato, produto barato, por um produto mais caro, mas, inicialmente nos meios urbanos, o que iria penalizar as autarquias. Logo, nós temos alguma margem de manobra para falar com alguma propriedade mesmo no meio de alguma deturpação que às vezes se faz sobre a mensagem nesta matéria. Disse ainda o Senhor Deputado que existem ali dois domínios que lhe parecem fundamentais. Um é o domínio legal e outro é o domínio do bom senso. No domínio legal importa saber realmente se foram salvaguardados todos os pressupostos legais, o que de facto não parece. Às dez e meia da manhã, andarem a espalhar glifosato no meio do núcleo urbano onde existem habitações, porventura com janelas abertas, pessoas na rua, etc. etc. Portanto parece-lhe, no que diz respeito ao domínio da legalidade, tal não foi observado. Mas como diz a munícipe, no domínio do bom senso, de facto, e muito bem, eu imagino, até pela fotografia que lhes facultou, o susto que foi às dez e meia da manhã ao assistir a isso. É evidente que é um susto medonho e, portanto, no domínio do bom senso, deveria no mínimo evitar-se este tipo de situações. Para terminar disse o Senhor Deputado que pelo que ali viu, houve um aviso, e, por isso, acrescentava ao conjunto de perguntas que fez, se realmente este aviso que veem ali na fotografia que lhes foi facultada, foi ou não distribuído à população de Caminha e em outros locais do Concelho. Se estas horas que falam no aviso, desde as cinco da manhã até às oito e meia foi ou não cumprido, perguntando, em conclusão, se, de facto, os munícipes de Caminha podem viver em segurança quando se adultera aquilo que ultrapassa o domínio legal



Assembleia Municipal de Caminha

da aplicação deste tipo de produtos.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- Email do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da resposta à pergunta dirigida pelas Deputadas Carla Cruz, Ana Virgínia Pereira e Ana Mesquita ao Governo, através do Ministério da Educação, sobre “Situação dos trabalhadores não docentes e docentes da Cooperativa Ancorensis de Ensino na sequência do encerramento da Instituição”
- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, a dar conhecimento da apresentação do Projeto de Lei nº 852/XIII/3ª – Revoga a Lei nº 31/2012 de 14 de agosto (Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano).
- Ofício Assembleia Municipal de Fafe, a dar conhecimento da moção sobre a Regionalização, aprovada por unanimidade em 27 de abril de 2018.
- Email do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da pergunta ao Governo sobre “Obstáculos e burocracias provocadas no regresso dos consumidores de energia elétrica ao regime de tarifas reguladas ou equiparadas”
- E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, a dar conhecimento da apresentação do Projeto de Lei dos Verdes sobre Assistência a banhistas em discussão em plenário da Assembleia República.
- Ofício Assembleia Municipal de Mogadouro, a dar conhecimento da moção sobre distribuição de fundos comunitários “Portugal 2020 e a sua reprogramação”, aprovada em 27 de abril 2018.
- E-mail SINTAP Viana do Castelo, a dar conhecimento da Carta Aberta -



Assembleia Municipal de Caminha

Processo de "Constituição da empresa Águas do Alto Minho"

**b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros
Assembleia**

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

A **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e deu início à sua intervenção;

"Minhas Senhoras e meus Senhores:

Esta minha intervenção tem a ver com a notícia vinda a público em diversos meios de comunicação social, que dão conta de um suposto investimento, num valor superior a 70 mil Euros, que o Município está a fazer em Vila Praia de Âncora, designado de "obra de infraestruturas do Loteamento da Rua Miguel Bombarda e Lugar da Erva Verde".

Venho aqui repor a verdade dos factos e passarei a ler dois ofícios da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, enviados para a Câmara Municipal de Caminha, datados de 10/02/2016 e 23/05/2017, que dão a conhecer que a Junta de Freguesia, após ter falado com o empreiteiro e o administrador da insolvência, teve conhecimento que existe na Câmara uma caução no valor de 80.000 € para concretização destas obras, havendo interesse por parte destas pessoas que a Câmara levantasse esta caução.

De seguida passou a ler os ofícios enviados à Câmara Municipal:

"Ofício com a referência OF-23/2016; data 10/02/2016

Assunto: "Zona envolvente do prédio da Firma Baptista e Domingos, Lda., situado na Rua Miguel Bombarda — Vila Praia De Âncora"



Assembleia Municipal de Caminha

No âmbito da construção de um prédio sito na Rua Miguel Bombarda, da responsabilidade da Firma Baptista e Domingos, Lda., foi aberto um arruamento que liga a citada rua à Rua Pontault Combault. Este é um local por onde passa muita gente, principalmente jovens e crianças, porque encurta em muito o caminho de dá acesso às Escolas, Piscinas, Gimnodesportivo e Centro de Saúde.

A firma faliu tendo ficado a obra inacabada, quer no que diz respeito ao prédio em si como no que diz respeito ao arruamento. Este arruamento e toda a zona envolvente ao referido prédio encontra-se num estado vergonhoso, cheio de vegetação e de lixo. O prédio tem um cano de drenagem de águas que vêm do telhado a largar a água precisamente para o passeio da Rua Miguel Bombarda, onde passa muita gente. Nestes termos, solicitamos a Va. Exa. que tente resolver esta situação para a conclusão das obras no arruamento. É do nosso conhecimento que o administrador da insolvência tem todo o interesse que seja o Município a resolver esta questão, seria, para isso, necessário ver se a caução que a firma depositou nesse Município seria suficiente para fazer face aos trabalhos que faltam realizar. Enviamos, em anexo, fotografias do local. Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Carlos Fernandes Alves de Castro”

Logo de seguida leu o segundo ofício;

“Ofício com a referência OF-60/2017; data 23/05/2017

Assunto: Assunto: "Zona envolvente do prédio da Firma Baptista e Domingos, Lda., situado na Rua Miguel Bombarda - Vila Praia De Âncora”

Na falta de resposta ao nosso ofício n° 23/2016, datado de 10/02/2016, solicitamos, mais uma vez, que seja acionada a caução deixada nesse Município para realizar os trabalhos que estão em falta na obra do prédio sito na Rua Miguel Bombarda, da responsabilidade da firma Baptista e Domingos, Lda. Esta junta de freguesia teve conhecimento que a Firma Baptista e Domingos, Lda. deixou uma caução na Câmara Municipal de Caminha no valor



Assembleia Municipal de Caminha

de mais de 80.000,00€ (oitenta mil Euros). Com esse valor consegue-se dar a dignidade que este local da nossa freguesia tanto merece. Junto enviamos o referido ofício e fotografias do local. Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Carlos Fernandes Alves de Castro”

Para concluir o Senhor Presidente da Junta disse;

Minhas senhoras e meus senhores, estamos perante uma mentira por parte da Câmara Municipal de Caminha, porque a obra está a ser executada com o dinheiro da caução que estava destinado para este efeito e não de verbas do cofre do Município Com esta minha intervenção venho repor a verdade.”

O **Senhor Deputado Valdemar Vieira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, deu inicio à sua intervenção:

“Sr. Presidente

No passado dia 22 de maio foi comunicado e documentado pelos vereadores do PSD, e denunciado publicamente, o crime ambiental cometido pela empresa Luságua, contratada pelo Município de Caminha, que aplicou herbicida nos passeios localizados em frente à Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora.

Este crime ambiental foi praticado em locais onde brincam e circulam centenas e centenas das nossas crianças diariamente.

O Executivo em funções, há uns tempos, regozijou-se da escolha desta empresa, alegadamente por ser mais barata. No caso o barato está a sair caro à saúde pública!

Mostraram uma total falta de respeito por todos os munícipes, principalmente pelas nossas crianças, ao encherem a frente da escola com um herbicida que contém a substância ativa Glifosato, um produto altamente cancerígeno. Após ter sido noticiado, em horário nobre, que a população portuguesa apresentava



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

resíduos do herbicida Roundup nas amostras de urina e após se ter concluído que o foco de contaminação era, em grande escala, resultado da atividade das autarquias, provocado pela constante aplicação de herbicida nos arruamentos e passeios, libertando partículas no ar que são absorvidas por todos, eis que surge a empresa, contratada por V. Exas a aplicar herbicida em locais totalmente proibidos, pondo em risco a saúde das nossas crianças.

O PSD, com sentido de responsabilidade, alertou a população e comunicou ao executivo, mais propriamente ao Sr. vereador Guilherme Lagido, esta situação, tendo este respondido que iria reunir com a empresa para falar sobre esse assunto.

Na reunião de câmara de 6 de junho, informou os vereadores do PSD, depois de questionado novamente acerca do assunto, que tinha falado com a empresa Luságua e que lhes terá dito que o sucedido não poderia voltar a acontecer porque é, efetivamente, ilegal a aplicação destas substâncias perto de escolas. Segundo informações do Sr. Vereador, a dita empresa ter-lhe-á dito que tal não voltaria a acontecer.

No entanto, e temos aqui de o dizer a título de repúdio e denúncia, qual não é o nosso espanto quando temos conhecimento de um esclarecimento escrito da Luságua, que foi entregue aos vereadores do PSD na ultima reunião de câmara, a dizer que tudo o que tinha sido realizado estava a ser bem feito e dentro da legalidade!

Esta informação constante no ofício causa-nos estranheza porque contradiz o que afirmara o Sr. vereador Guilherme Lagido e refuta até as provas concretas, o que é grave. Assim, depois de analisar o ofício enviado pelo Presidente da Administração da Luságua e face às provas contundentes do crime cometido, penso que temos informações suficientes para agir, se necessário for, judicialmente contra uma empresa que está a pôr em risco a saúde e a vida das nossas crianças. Esta posição é consubstanciada no facto de termos relatos, testemunhas e provas de que a empresa voltou a colocar herbicida, desta vez junto ao parque infantil localizado no parque Dr. Ramos Pereira.



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Ou seja, mais um crime cometido porque nestes espaços também não é permitido!

Repare-se que as crianças circulam por aqueles passeios, tocam no chão e com muita facilidade levam as mãos à boca. Acho que não preciso dizer mais nada para vermos a gravidade da situação ao imaginar as nossas crianças a ingerirem herbicida por irresponsabilidade da empresa que presta serviços no município de Caminha.

Apelamos assim ao executivo que volte a contactar a empresa no sentido de colocar um ponto final nesta displicência de, contra tudo e contra todos, fazerem o que lhes apetece.

Disse.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e começou por saudar a intervenção da Senhora Rita, contudo, disse à Senhora que à pouco não respondeu à sua pergunta, porque, tinham uma intervenção preparada precisamente para falar sobre essa matéria e caso tivesse respondido iria tirar informação à participação do Deputado do PSD Valdemar.

Disse ainda o Senhor Deputado que a sua bancada está atenta a este problema não só no meio urbano, mas, também quando aconteceu no final de 2017, início de 2018 na Serra d'Arga, onde foi também deitado herbicida por causa da infestação na área e foi uma aplicação fortíssima que a fauna e a flora foram limitadas inclusive houve morte de animais. O mel ficou em perigo, porque muitas abelhas desapareceram, morreram, fruto da aplicação desse herbicida. Isto é um assunto que será levado à Assembleia da República para lá ser discutido. Portanto, este é um assunto que os preocupa e que estão atentos, que têm feito as devidas denúncias em Reunião de Câmara, em Assembleia Municipal e inclusivamente como lhe referiu na Assembleia da



Assembleia Municipal de Caminha

República. Pelo que, agradece a intervenção, a qual foi uma intervenção magnífica, a Senhora esteve muito bem, espero que outras intervenções semelhantes à sua possam aparecer.

Disse ainda o Senhor Deputado que já se está em junho de 2018 e ainda não se tem Provedor do Município. Isto é, o Provedor do Município acaba segundo o seu regimento, com o mandato do município que coincide com o da Assembleia Municipal. Tendo ele sido eleito no início da outra Assembleia Municipal, tendo já havido eleições autárquicas, já se deveria ali estar, o quanto muito com um provedor eleito ou já a eleger outro novo. E faz esta chamada de atenção, porque foi o Partido Socialista que teve o cuidado de tomar a figura de Provedor do Município. Contudo, sabem que o Provedor do Município pode manter posse até ao sucessor, mas em todo caso não vamos fazer essa desfeita ao Doutor Afonso Domingues. É altura de se fazer novas eleições e arranjar um novo Provedor Município, que até pode ser o mesmo, mas existam eleições.

Sobre este assunto o Senhor Deputado disse que há quatro anos atrás, que o Município de Caminha não precisa de um novo Provedor do Município, pois na sua opinião o verdadeiro Provedor do Município é o Presidente da Assembleia Municipal. Porque, ele foi eleito com todos os seus poderes para ser eleito Provedor do Município e melhor que ninguém será o verdadeiro Provedor do Município do nosso Concelho. Por outro lado, e aproveitando os laços de amizade que o unem ao Doutor Afonso Domingues quer ali deixar uma mensagem de abraço de forma digna e correta até termos eleições novamente. Muito obrigado.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Há duas sessões ordinárias da Assembleia Municipal propícias a balanços sem estigmas financeiros: a de junho e a de setembro. Uma, prévia à época estival, outra, a marcar o início de novo ciclo pós Verão.



Assembleia Municipal de Caminha

Em junho ficamos agradados com o movimento da animação, alertamos para a atenção aos montes e às praias, ficamos satisfeitos e ao mesmo tempo preocupados com as bandeiras azuis, que não basta tê-las, é preciso também mantê-las, aguardamos com expectativa o sucesso dos festivais (o de Vilar de Mouros, num registo de afirmação do pioneirismo destes eventos o país, e o SonicBlast, com passos firmes na consolidação de um projeto que vai sendo já referência internacional), vivemos as genuínas tradições, oferecendo o nosso S. João d'Arga à festa e à crença. Olhamos os eventos com maior ou menor crítica, mas certamente apostados em garantir sempre o bom acolhimento dos munícipes e uma grande afluência de visitantes. São quase 3 meses em que a festa, o desfrute, a boa disposição são o que mais se aprecia e o que mais governa o pensamento coletivo. Mas a verdade é que este é também um bom momento para a apreciação política do trajeto municipal.

O concelho de Caminha parece ingovernável pelas dívidas que acumula. A sua identidade é tão flutuante quanto os epítetos que surgem na cabeça de alguém, mas que pouco significado têm quanto ao que somos e que queremos (veja-se o Mosaico de Paisagens ou a Terra que mexe!).

Na verdade, com eles, pouco ou nada mudou. Aumentou, seguramente, o número de peregrinos de Santiago que hoje passam em Vila Praia de Âncora, ou Caminha, mas já quase não se veem passar em Vilar de Mouros, por exemplo, sendo evidente que o forte investimento na divulgação e promoção do Caminho da Costa foi a causa do afastamento destes peregrinos das zonas menos costeiras do concelho.

O tecido empresarial industrial e comercial pouco variou, quer em número, quer em fluxo económico, quer em movimento financeiro e social. O Concelho perdeu população estudantil muito para além dos fenómenos demográficos, dando nota de uma desatenção gritante nesta matéria. Da presença musculada do PSD, passamos para a indiferença de um executivo que sabemos que existe, que é dialogante, mas que é pouco consequente e muitas vezes incapaz de cumprir com o compromisso eleitoral. Para além dos



Assembleia Municipal de Caminha

números do Turismo, da ocupação dos hotéis, da frequência de restaurantes, ou a recuperação de investimento da POLIS, que outros sucessos regista o executivo?

É claro que o PSD foi igualmente incapaz nos 12 anos à frente da Câmara Municipal. Mas este executivo PS vai já no segundo mandato e não só não se vê a luz ao fundo do túnel como nem se sabe em que túnel nos encontramos.

Tornamo-nos repetitivos porque o tempo passa e nada muda. Continuamos sem saber dos bens do município, particularmente do imobiliário, e em que condições se encontra, tanto no plano formal dos registos, como no funcional. Os comodatos não são acompanhados, não se sabendo se o que nos levou a aprová-los nesta casa está realmente a ser praticado, como o caso da Casa Ventura Terra, entusiasticamente promovido pelo PSD. A oportunidade gerada pela segunda fase das obras do portinho, em Vila Praia de Âncora, depois de uma primeira fase desastrosa que já nem o PS e o PSD querem dizer que foi da sua responsabilidade, mas dizia, que a oportunidade da segunda fase dessas obras, de criar toda uma zona dedicada às atividades de mar, não só na perspetiva turística mas, sobretudo, ao nível comercial e da microindústria, teima em perder-se. Valha-nos a determinação e coragem dos pescadores em Caminha em não vergarem perante o fim das obras no cais da rua, pugnando para que as mesmas cumpram a sua função, esperando agora, com expectativa, que nova fase se inicie de acordo com a promessa reiterada na inauguração da obra.

Mas as obras são apenas parte do problema. Há sobretudo uma questão essencial de rumo, de estratégia e de definição do município. Quando hoje olhamos para outros concelhos não temos dúvidas em a eles associarmos vários setores estratégicos. Mas Caminha vai-se perdendo e arrastando consigo as freguesias deste território.

Esta nossa preocupação foi já em parte partilhada com o executivo em reunião por ele convocada, tendo a CDU reafirmado que tudo fará para apoiar um compromisso que se ajuste às necessidades do território e que se traduza na



Assembleia Municipal de Caminha

melhoria da vida dos cidadãos. No entanto, reiteramos que não estamos mandatados para gerir o concelho de Caminha. Em ato eleitoral a população decidiu que a Câmara de Caminha teria apenas elementos do PS e do PSD, e mesmo em Assembleia Municipal, foi vontade popular que dos 21 eleitos apenas 1 seria da CDU. Portanto, o nosso mandato é limitado, mas cumprimos-lo com toda a responsabilidade que nos caracteriza, e sempre estaremos com as boas decisões. Decisões que fixem a população jovem no Concelho, fazendo com que a Câmara Municipal seja pródiga na iniciativa de garantir o maior número de ofertas no Concelho, tanto ao nível do prosseguimento de estudos, como no ensino profissional ou no ensino artístico. É ainda urgente cumprir com o compromisso de garantir que a vila mais populosa do concelho, Vila Praia de Âncora, mantenha todas as ofertas educativas, podendo ainda oferecer outras, mas nunca as reduzir. É imperioso que a Câmara Municipal mobilize os seus recursos e seja proactiva no apoio à constituição de novas empresas, particularmente apoiando os jovens na criação do próprio emprego. Seria interessante que a esta casa chegasse relatórios de execução do Gabinete de Apoio às Atividades Económicas da Câmara Municipal de Caminha, percebendo-se em que medida resultaram investimentos direta ou indiretamente apoiados pelo município, ou que contaram, de alguma forma, com a sua intervenção. Era bom ver maior capacidade de ação geral da autarquia que gere o município numa dinâmica mobilizadora do tecido associativo, muito para além do apoio arbitrário e mais centrado nos laços de compromisso entre todos. O movimento associativo, como já afirmamos inúmeras vezes, é, em muitos momentos, o único motor de vida social no Concelho, e a experiência diz-nos muito da sua capacidade de agir e de mobilizar. A ligação transfronteiriça que se prometia morre a cada dia, não se fomentando ligações de índole profissional e formativa. Parece que no nosso território, tudo está bem se nada acontece, vivendo todos como que anestesiados e conformados com o pouco ou nada a que nos reduzimos. As ambivalências são tantas que se referem ditadores em atos comemorativos do



Assembleia Municipal de Caminha

25 de Abril, mas ao mesmo tempo, no mesmo território municipal, são colocadas placas que enaltecem republicanos democratas que foram exilados pelo dito ditador. E se alguém se insurge, é porque não tem maturidade política para discutir certos assuntos.

Na verdade, esperava-se mais de quem vinha para terminar um ciclo mau de governação do município às mãos do PSD. Esperava-se mais de quem prometeu mobilizar o concelho, mas que se ficou por campeonatos de orçamento participativo, completamente estéreis e desajustados à realidade local e nacional. Era esperado muito mais de quem trouxe a palavra e a cordialidade no trato político, porque não descola dessa figura, não se vislumbrando um futuro diferente, parecendo uma fatalidade não haver um executivo capaz de ser diferente, de fazer diferente, de romper com ciclos contínuos de total inoperância.

Durante mais de 20, os executivos camarários usaram de total incapacidade no plano urbanístico, tendo cometido a maior atrocidade na construção em larga franja do território, particularmente em Vila Praia de Âncora. Seguiram-se mais 12 de outro vazio, arranjando medidas avulso que em nada resolveram os nossos problemas e nos conduziram a níveis de endividamento que nos colocou no ranking dos piores no País, que nem o PAEL salvou. Já lá vão mais 5 anos, e repete-se o cortejo.

Talvez mais importante que chamar os partidos para soluções de compromisso, seria importante perguntar à população se era desta solução que estava à espera. Responder à população porque razão numa assembleia nos são mostrados os sucessos no combate à dívida, e noutra somos levados a aprovar novos acordos de pagamento. Porque será que numa assembleia é apresentada a solução para o péssimo negócio feito pelo PSD na construção das piscinas municipais, mas passadas outras tantas sessões não é dada explicação sobre a situação, particularmente no que respeita ao tribunal de contas. Porque razão numa assembleia, em ano de eleições, o que demonstra até coragem política, é desafiada esta assembleia a aprovar a revisão ao PDM,



Assembleia Municipal de Caminha

a persistam as UOPG's sem nenhum avanço, sem planos de pormenor, sem ações concretas no terreno que exponham o modelo aprovado.

Sabemos das dificuldades; reconhecemos que com uma câmara sempre governada por PS ou PSD, não se esperaria uma situação confortável. Mas a verdade é que ninguém vos obrigou a aceitar esse desafio. Outros houve, por exemplo, que não aceitaram o mandato que lhes foi dado pelo povo. A vossa aceitação obriga-vos, por isso, a trabalhar mais e melhor. A cumprir com as expectativas criadas. A dar razões de orgulho aos munícipes do concelho de Caminha, das gentes do Vale do Âncora e do Coura Minho.

Ninguém fica satisfeito com o vosso insucesso, mesmo que consideremos que potencialmente faríamos diferente. O vosso insucesso significa o sacrifício da população, e esse é um ónus que jamais carregaremos.

Disse.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, cumprimenta a munícipe Senhora Rita por este enorme ato de cidadania, por este trabalho de preocupação com o município e que nos preocupa a todos. Porque, quando se fala em saúde pública, é algo que nos deve preocupar. Contudo, o Senhor Deputado fica estupefacto, quando o maior partido da oposição sabendo que se está a praticar um crime ambiental, porque é que não o participa ao Ministério Público?, Porque se ele o soubesse participava de imediato, uma vez que esta não é uma questão política, porém, o Senhor Deputado também se questiona de acordo com todas as intervenções ali ouvidas, e face às empresas que faziam limpezas ao longo de todos estes anos, quais os tipos de herbicidas que utilizavam. Será, que, por esta empresa ter sido contratada mais barata, o que foi importante, não está a utilizar o mesmo tipo de herbicidas! Ou as outras empresas, que metodologia apresentavam, uma medida mais ecológica, mais ambiental, gostava de o



(Handwritten signatures in blue ink)

Assembleia Municipal de Caminha

saber?

Disse ainda o Senhor Deputado que durante o último mandato e já no início deste, às vezes ouve-se ali palavras muito fortes como mentira, ataque falácia, porém, fica confuso, quando existe uma caução que reverte a favor do Município, o dinheiro é do Município, quando existe uma empresa que faliu, isso no seu entendimento, que, até pode estar errado. Disse ainda o Senhor Deputado que ao longo destas sessões de assembleia municipal, ele vê sempre a crítica fácil, mas, o que as pessoas querem saber é o comprometimento dos outros partidos da oposição, e saber que outras propostas têm para resolver os problemas, porque não chega ir ali criticar por criticar, é preciso apresentar soluções, logo gostava o Senhor Deputado que isso passasse a ser uma prática ali na assembleia.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e deu início à sua intervenção;

“Começando por demonstrar a minha satisfação por estarmos reunidos em Assembleia Municipal uma vez mais no Vale do Âncora, gostaria de reiterar o desafio que deixei na última reunião descentralizada que decorreu na minha freguesia.

Para que a Assembleia Municipal descentralize também e possa um dia reunir na Freguesia de Âncora.

Prosseguindo quero dizer que;

Quando vi os títulos de notícia na edição 882 do Caminha 2000, a quem particularmente saúdo pelo trabalho de informação que presta ao concelho de Caminha, fiquei tão incrédulo, como surpreendido, porque, por breves instantes interiorizei que no âmbito do processo de classificação da Cidade



Assembleia Municipal de Caminha

Âncora/ Afife, (o Diretor Regional de Cultura do Norte veio ao concelho de Caminha?)

Será que veio a Âncora e eu não fui sabedor?

Mas não... Logo me apercebi que não havia motivos para a minha admiração, porque o senhor diretor veio visitar o entre Margens na Vila de Caminha.

Fico então boquiaberto quando este admite perante o Caminha 2000, não haver disponibilidade da DRC Norte para visitar o património histórico se para isso tiver de haver deslocações a Caminha.

Apesar de em 2015 ter criado uma rede para apoio dos Castros do norte de Portugal, o objetivo desta rede, centra-se no apoio aos monumentos mais desenvolvidos, (independentemente da sua relevância no contexto histórico patrimonial).

Também, digo eu!... Não terá conseguido explicar quais são e porquê os Castros que considera necessitarem de maior incremento, neste momento.

E passo a citar a transcrição retirada do jornal digital caminhense:

Quanto às estações arqueológicas, referiu que em 2015, a DRC Norte criou uma organização designada como "rede de castros do Norte de Portugal, mas essa rede tem como objetivo apoiar castros que já estão com trabalhos mais desenvolvidos e apoiar outros que necessitam de maior incremento, neste momento". a "DRCNorte não possui equipas para virem para Caminha", "porque são sempre serviços complicados de apoiar, mas, "basicamente", estamos a tentar apoiar a definição de metodologias de trabalho que permitam não gastar tanto dinheiro que à partida se poderia pressupor e, assim, se consiga fazer alguns trabalhos".

Como diria o nosso primeiro-ministro António Costa "é preciso meter mãos à obra".

Absolutamente descomplexado, diria eu, ao senhor António Ponte, (sem meter mãos à obra) não vai lá senhor diretor.

Por outro lado da interpretação que se pode deduzir das suas palavras, para além de incerteza, está patente, um medo, talvez uma indefinição de



Assembleia Municipal de Caminha

prioridades, decorrentes de um estudo que arroga continuo, sagaz e persistente e que também segundo a noticia terá iniciado no longínquo ano de 2015, esse trabalho de identificação e implementação de metodologias.

Eu, da minha parte, tendo uma pequena noção do que representa trabalhar com património, até porque me orgulho muito da minha formação em Património Cultural Imaterial, quero deixar mais um alerta ao senhor diretor regional.

Este senhor no cargo que ocupa, e, uma vez já demonstrada a tenacidade com que abraça um trabalho de definição e busca de metodologias, não consegue o pragmatismo do nosso primeiro-ministro, ou seja, fica-se aquém de meter as mãos à obra, porque pese embora uma invulgar abnegação profissional, somente ao alcance dos mais predispostos, é-lhe difícil chegar a Caminha.

E isso eu também compreendo, mas já não compreendo que tenha tanta dificuldade de chegar à Cividade, porque na realidade fica a menos 8 quilómetros que Caminha, ou seja Caminha e o coto da Pena, é muito mais longe do que a Cividade.

Eu atrevo-me a dizer sendo um pouco lírico, ao senhor António Ponte, faça favor de sacudir tantos tormentos e preocupações, cuide-se senhor diretor, porque olhe! Em 1810 a corte pôs-se em fuga para o Brasil, por questões que considero menores e problemas de mais fácil resolução.

Talvez, problemas menos complicados julgo ser justo dizê-lo.

Como é agora, em pleno seculo XXI, vir, ou, mandar vir, equipas a Caminha, até porque do Porto aqui, ainda são os mesmos 80 quilómetros que eram no seculo IXX, e a verdade é que não nos podemos deslocar de avião nem de barco. Mas sim é verdade que a terras de Vera Cruz podemos chegar de avião. Mas é sem dúvida a preocupação financeira deste senhor, que me deixa absolutamente rendido aos seus medos e anseios.

Como eu o compreendo, até porque a vida também me ensinou o que é lidar com dificuldades financeiras e o que representa o trabalho para reverter esse estado negativo, ainda mais com o cenário de corrupção e compadrios que



Assembleia Municipal de Caminha

abunda nesta país. Cada vez com mais intensidade, que a uns facilita tudo e a outros subjuga pelos ordenados mínimos e pelas prestações sociais, compreendo-o senhor António Ponte se as suas preocupações estiverem de acordo com as minhas.

Claro que perante esta legítima preocupação de quem está a frente dos nossos destinos, coloca-se logo à partida uma questão pertinente.

Ou seja:

Entre o fazer e o não mexer uma palha, torna-se demasiado comodo e “coerente” optar pela inercia.

Ou então estaria o senhor diretor regional a ponderar sobre como fazer da regeneração do património um investimento e não uma despesa.

Senhor António Ponte desde 1808 ano em que se deu a fuga da corte para o Brasil apenas passaram 210 anos, a distância entre a cidade do Porto e Caminha mantêm-se, mas uma viagem para o Brasil deixou de levar 30 dias e já se faz em poucas horas.

Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, depois de termos conhecimento desta entrevista ao Caminha 2000, de um alto responsável da administração pública, depois de constatarmos a falta de ousadia daqueles que estão nos cargos decisórios, com a convicção de que os vindouros poderão dar nota das minhas preocupações de hoje, pergunto eu, sabendo que ninguém me dará respostas.

De que vale o esforço de apresentar uma candidatura de classificação da Cidade?

Relativamente ao assunto aqui levantado sobre o malogrado uso de herbicidas, é um tema em que me sinto particularmente à vontade, porque no dia 04 de novembro de 2009 assumi com frontalmente perante os ancorense não utilizar herbicidas, que entre o uso de herbicidas e ter ervas maiores nas valetas, seria um mal menor verificar esta manifestação da Natureza.

E pus fim ao uso maciço de herbicida em Âncora deixando a natureza manifestar-se.



Assembleia Municipal de Caminha

Claro que todos concordamos que seria desejável não ter ervas grandes nas valetas.

No entanto ainda hoje sou criticado por defender a natureza.

E minhas senhoras e meus senhores, nessa época a empresa que aplicava estes produtos químicos não era a Luságua, mas sim a Suma porque era esta operava neste domínio no nosso concelho.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que vai fazer uma breve intervenção, porque, julga que a maioria dos Senhores Deputados não sabem, mas, o Conselho Regional do Norte, órgão consultivo da CCDR Norte que reúne todos os Presidentes das Câmaras do norte de Portugal, bem como diversos representantes da sociedade civil - Universidades, Institutos Politécnicos, Freguesias, organizações não-governamentais, associações de desenvolvimento local e outras - elegeu em Felgueiras, por larga maioria, a sua Comissão Permanente o Doutor Miguel Alves como Presidente da Região Norte. E para Vice-Presidente Aires Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e doze outros autarcas dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Julga o Senhor Presidente que é de salientar esta grande representação e o Dr. Miguel Alves ter a confiança de todos nós, pois, é muito importante elevar Caminha a um patamar de exigência, e o Dr. Miguel Alves, Presidente da Câmara, saberá responder, estou certo.

Disse ainda o Senhor Presidente que a função no Conselho Regional do Norte na CCDR, é muito importante, pois tem de acompanhar a atividade da CCDRN, é um órgão consultivo, pois visa acompanhar a execução dos programas operacionais de financiamento comunitário e pronunciar-se sobre projetos de relevância e dar pareceres sobre programas de desenvolvimento regional e claro de investimento da administração central. Como vemos, todo o programa 2020 vai passar por este Conselho Regional do Norte.



Assembleia Municipal de Caminha

O Conselho Regional do Norte, das oitenta e seis Câmaras que fazem parte dele, abrangem os Distritos de Viana do Castelo, de Braga, do Porto, de Bragança, Vila Real e Aveiro, como já referiu. Além disso é composto por representantes da CCDR, nomeadamente pelo Doutor Luís Braga da Cruz e o Doutor António Fernandes. Também, tem como vogais doze Presidentes de Câmara, os mais representativos, e de todas as forças políticas, julga, no entanto, que a CDU não está representada porque não tem Presidentes da Câmara na região Norte.

Congratula-se mais uma vez o Senhor Presidente com este facto que eleva Caminha a um patamar muito alto e confia que o Dr. Miguel Alves é capaz de representar Caminha e os oitenta e seis municípios. Mas, atenção Senhor Presidente Miguel Alves, não será uma tarefa fácil, porque todos os presidentes dos municípios querem absorver o máximo de dinheiro do programa 2020. É uma tarefa muito grande e confio na capacidade de o Dr. Miguel Alves criar consensos que elevem o patamar de Caminha e de ele próprio. Apenas, lhe recomenda o Senhor Presidente para que o Dr. Miguel Alves, para que nem um cêntimo seja devolvido a Bruxelas.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que vai ali salientar cada uma das intervenções embora, não se possa debruçar em pormenor sobre cada um dos temas porque são bastantes temáticos.

Começa por agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a distinção que lhe deu de referir esta eleição de presidir a Concelho Regional do Norte e não só isso, mas, também a recomendação que deixou e que toma boa nota dela. Disse ainda sobre esta matéria que isto mais do que uma honra, porque esta eleição é feita pelo conjunto de todos os Presidentes da Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

da Região Norte de Portugal mais os representantes das universidades, representantes de várias instituições da nossa região e o facto de ter havido uma votação maciça com apenas cinco votos em branco quer de autarcas do Partido Socialista quer de autarcas do partido Social Democrata e Independentes, das universidades releva bem o reconhecimento que hoje existe na região norte relativamente ao trabalho que é feito aqui no Concelho de Caminha.

Esta não é só uma distinção do Presidente da Câmara, é uma distinção do Concelho de Caminha e é bom perceber que esta eleição vem dizer que Caminha se consegue distinguir pelo trabalho, pela capacidade de afirmação, pelo prestígio, e recorda bem que há quatro anos e meio atrás essa era uma das notas mais marcantes do projeto político, a recuperação do prestígio do Concelho de Caminha tão abalado naqueles momentos por sucessivos processos judiciais, por notícias de perseguição, por diversas dissidências entre a Sociedade Civil e a Câmara Municipal, contudo, julga que esse assunto está encerrado.

Julga o Senhor Presidente que hoje, o Município de Caminha se afirma pelo seu prestígio, pela sua qualidade e isso é reconhecido por todos os partidos, embora aqui em Caminha nem por todos os partidos, mas, na região por todos os partidos, por todos os colegas e acha que é importante se ter um bom papel na responsabilização da nossa ação para se poder honrar a confiança que lhes foi dada. Naturalmente que há grandes desafios pela frente, não só se vai ter a reprogramação do quadro 20 20 que hoje se está a implementar, mas sobretudo tem que se afirmar o Norte no contexto do próximo quadro comunitário.

Disse ainda o Senhor Presidente que como todos sabem o próximo quadro comunitário terá menos dinheiro do que este último. Isto deriva essencialmente da saída do Reino Unido da comunidade da União Europeia e, por isso, haverá sempre, menos contribuintes e, portanto, menos dinheiro a não ser que todos os países queiram contribuir com mais impostos ou então com a aplicação de



Assembleia Municipal de Caminha

diversas taxas como é sabido sobretudo no comércio online. Mas, o que é essencial é o Norte de uma vez por todas, abdicar de uma postura apenas defensiva, de estar sempre numa reivindicação tardia e se conseguir afirmar através de propostas claras. De saber o que se quer e aquilo que o define, como um projeto para a próxima década.

Se nós fizermos isso teremos mais credibilidade para exigir investimento no Norte e é importante perceber que depois de trinta anos de Fundos Comunitários a Região Norte ainda é das regiões mais pobres do País e Portugal infelizmente é um dos países com mais dificuldades no contexto da União Europeia. Por isso, tem que se agarrar esta oportunidade que, não sendo definitiva é uma oportunidade importante para a próxima década e aquilo que Caminha contribuir para isso, o fará, como é natural, logo, agradece por isso a menção e recomendação.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, disse o Senhor Presidente que levou ali uma intervenção de uma ironia fina que, dizendo coisas importantes também acabou por os fazer sorrir e isso é um dom e congratulá-lo por essa ironia que o coloca ao nível de grandes autores e parlamentares deste País. Contudo, disse ainda ao Senhor Presidente que apesar do seu esforço reivindicativo, e não deixa de ter razão em muito o que diz, gostava que pudesse olhar para aquilo que já conquistou com todo o trabalho desenvolvido, e tem haver com esta classificação Cidade Âncora/Afife. Porque, há bem pouco tempo, como sabe Senhor Presidente a sua Freguesia, era uma das poucas que verdadeiramente lutou para que esta classificação fosse uma realidade e, conseguiu-se essa vitória, conseguiu-se um trabalho que começou por ser conjunto com o município vizinho, mas que, nesta última fase, porque se percebeu que as velocidades não eram as mesmas teve-se que assumir em conjunto com a esta Câmara e essa classificação hoje é uma realidade.

Contudo, disse o Senhor Presidente que se sabe que há condicionantes que não vão permitir fazer tão mal como se tem feito na cidade, porém,



Assembleia Municipal de Caminha

arranjaremos maneira de trazer o Presidente da Região Norte à Cidade e acredite não será preciso dar uma volta ao Brasil para que ele venha cá. Vai-se encontrar uma forma de ele cá vir e o Senhor Presidente estará na primeira linha mostrando a importância da Cidade e o que ainda se tem de fazer, porém, para se fazer escavações naquela zona em que a maior parte daquela Cidade está absolutamente coberta, é a manter completamente limpa. Existem ainda, aqueles que são terrenos privados, aí haverá algumas dificuldades com os madeireiros, fazendo com que o Concelho de Caminha tenha um farol do património tão importante e tão rico como parece ser, assim como tudo indica.

Disse ainda o Senhor Presidente que quanto à questão dos herbicidas, que se esta empresa ou outra empresa não cumpre a Lei deve responder por isso. Esse é o primeiro ponto, a Lei não diz e não implica que não se use os produtos químicos que estão a ser usados. O que a Lei impede é que sejam mal usados. E mal usados pode ser através de medidas que não sejam as reais, e isso o executivo não sabe, teve agora uma indicação de testes, mas, ainda não teve oportunidade de ler mas veremos aquilo que nos é dito. Se essa aplicação é feita em determinados locais, e a Lei prevê que não pode ser feita. Se são feitos avisos para determinadas horas e se são feitas aplicações fora dessas horas, e a Lei prevê que isso não pode acontecer. Terá que se perceber isso. É verdade que a Luságua nos respondeu por escrito a uma interpelação pelo PSD, porém, depois de uma reunião que teve com o executivo, respondeu por escrito que cumpre a Lei, mas o executivo tem aqui novos dados e interpelar a empresa sobre essa matéria para esclarecer este assunto de uma vez, porque é um assunto fundamental e diz respeito à saúde das pessoas, à saúde dos animais, e a atividade da própria empresa, do trabalho que faz com o município. Esta empresa ganhou um concurso, entre uma empresa ou outra não se poupa nada, onde se poupa é a lançar um concurso. E aquilo que executivo fez foi lançar um concurso, porém, se a empresa que antes estava se ficasse na Câmara também se poupava



Assembleia Municipal de Caminha

exatamente na mesma medida, portanto, não é o barato que sai caro. O que sai mais barato é fazer concursos onde as empresas concorrem e apresentam as melhores propostas. Em segundo lugar, estes produtos nos últimos anos foram sempre aplicados no Concelho de Caminha e não se lembra o Senhor Presidente de ver esta preocupação ecológica.

Disse ainda o Senhor Presidente que os responsáveis que ali estão que sempre se baldaram para o que acontecia nessa aplicação que era feita de forma muito pior do que ali se viu. É preciso referenciar que a questão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora que o que ali levantou é uma situação real. O Senhor Presidente da Junta teve a hombridade de dizer “eu desde 2009, não é desde 2013, que não quero a aplicação de glifosato na minha Freguesia, mas sou penalizado politicamente e sou penalizado pelas pessoas que dizem que eu não consigo limpar as bermas da Freguesia”. Porém, pergunta o Senhor Presidente aos Senhores Presidentes de Junta, do PS, do PSD e Independentes se também não têm a mesma situação. Há de todas as circunstâncias e tem que se compreender que há a necessidade de encontrar soluções. Hoje nem as juntas, nem a câmara nem as empresas contratadas conseguem fazer um trabalho de limpeza mecânica ao nível do que as pessoas exigem. Logo, tem que se exigir que a Lei seja cumprida rigorosamente. Há sanções que podem ser aplicadas no âmbito contratual, mas, há outras muito mais graves do âmbito regulamentar ou até criminal se isso for provado. E, o que o executivo vai fazer é pegar nas denúncias que ali foram feitas, extrair as informações das atas e documentos que ali foram apresentados e colocá-los sobre a mesa. E se for necessário fazer denúncia, tal será concretizada.

Disse ainda o Senhor Presidente relativamente à Serra d’Arga que esta não está relacionada com os temas ali apresentados. É importante saber que a candidatura apresentada para a limpeza foi aprovada pela União Europeia com determinados pressupostos os quais foram aplicados. Foi um trabalho que não teve nada as consequências que ali foram referidas.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que ouviu ali a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora e com franqueza não percebeu bem a sua intervenção. O Senhor Presidente parece estar zangado por estar a decorrer uma obra na sua freguesia no valor atual de cerca de 70 mil euros. Contudo, a população de Vila Praia de Âncora deve estar contente. A Câmara Municipal fez aquilo que devia ter feito desde 2005. Porque, naquela zona havia uma empresa que tinha responsabilidades de concluir um loteamento. E concluir um loteamento não é só levantar uma casa ou um prédio, é fazer os arranjos exteriores, é concluir as ligações, é fazer os passeios e os jardins, é criar ligações á eletricidade. Passou 2005 e 2006 e ninguém quis saber disso. Quem estava na Câmara nessa altura e apesar daquela situação estar completamente degradada, o que fez foi libertar 60 por cento da caução. Quando há um loteamento deste tipo, a Câmara Municipal fica com uma caução para no caso de não serem cumpridos todos os pressupostos daquele documento e a Câmara poder agir para se fazerem as obras. Em 2006, a Câmara libertou 60 por cento da caução e dos 200 mil euros, 120 mil euros voaram de volta para o empreiteiro. Porém, gostava o Senhor Presidente que nessa altura estivessem todos mais atentos. Mas, até 2013 ninguém fez aquela obra. Nesse ano este executivo ganhou as eleições e houve o problema político e o do BES e não deixaram a Câmara levantar essa caução de 70 mil euros e não se conseguia executar a obra. Por outro lado, a empresa tinha ido à falência, logo não havia maneira de obrigar o empreiteiro a fazer aquilo que tinha de fazer. Contudo, o executivo tinha mesmo que conseguir essa caução, contudo, estava por azar no BES, mas depois de anos de batalha conseguiu-se libertar a caução que foi excecional no contexto do País, praticamente não aconteceu em situação nenhuma. E o que é que se fez com a caução, fazer a obra que vai concluir o loteamento. Porém, a caução não chega para fazer tudo o que é necessário fazer. Vai-se ter uma situação delicada do ponto de vista jurídico que tem haver com o facto de a Câmara Municipal precisar de mobilizar fundos públicos para eventualmente fazer um trabalho que era o empreiteiro



Assembleia Municipal de Caminha

que está falido e que não o fará e que deveria ter feito, nomeadamente a ligação à rede elétrica. E agora a Câmara Municipal resolve um problema que tem dez anos e é criticada pelo Presidente local, logo, isso de facto, já cria dificuldades em compreender. Está-se a fazer a obra, as pessoas estão contentes com a obra, e vai-se ver como encontrar dinheiro para acabar a mesma. Contudo, se no passado não se tivesse libertado 60 por cento da caução e o dinheiro não tivesse voado, hoje havia esse dinheiro e a obra seria acabada.

Com isto o Senhor Presidente quer dar nota e responder, finalmente, ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro, quanto à sua intervenção que percebe que se tenha que distanciar do PS e do PSD, mas, sente que no fundo há uma certa preferência se tivesse que escolher e isso agrada-o porque há aí uma pontinha de favoritismo que lhe parece evidente. Porém, não é justo que diga que esta Câmara Municipal não tem feito o seu trabalho e que tem sido uma desilusão para as pessoas. Em primeiro lugar desilusão para as pessoas não, porque reforçamos a nossa votação ainda há bem pouco tempo, não é argumento único, mas é verdade que as pessoas reconhecem o trabalho feito por este executivo. Em segundo lugar, disse o Senhor Presidente que há matérias estruturantes onde este executivo fez em quatro anos um trabalho renovador do ponto de vista daquilo que é o Concelho de Caminha. E, começa por lembrar o trabalho que se fez na revisão do PDM liderado pelo Senhor Vereador, uma revolução que em vinte anos ninguém fez e que este executivo preparou a próxima década do Concelho de Caminha. Salientou ainda o Senhor Presidente o trabalho que se tem vindo a fazer nas florestas no combate aos incêndios que é absolutamente notável do ponto de vista do país. Hoje, Caminha está num patamar de notabilidade que nos coloca com mais pressão nos resultados, mas que não tem nada haver com o abandono do passado. Os bombeiros têm protocolos de cooperação como nunca tiveram, estão criadas duas equipas de intervenção permanente. Está-se no projeto piloto do país, nos dez municípios do País com cadastro para identificar os



Assembleia Municipal de Caminha

seus terrenos e ainda se teve uma visita esta semana que veio dizer que Caminha está no primeiro lugar do território reconhecido do seu próprio Concelho. Está-se também no projeto piloto contra o número de ignições. Tem um plano municipal do fogo controlado, está-se a fazer um trabalho estruturado e para além deste. Tem-se uma revolução em curso na educação. Conseguiram-se trazer para o Concelho de Caminha algo que já não acontece há muitos anos em nenhum Concelho, uma nova Escola Secundária Pública. Isto é uma notícia absolutamente fantástica e renovadora do ponto de vista de um Concelho. A Câmara de Caminha implementou nos últimos anos, transportes públicos gratuitos para os nossos alunos daqui e para aqueles que querem estudar lá fora e que não têm oferta. A Câmara Municipal investe um milhão e meio, porém, isso não existia. E mais, investe também nas associações culturais desportivas um ambiente de trabalho e solidariedade completamente diferente de cooperação daquele que existia. Tem de se reconhecer que hoje há um movimento por parte das associações culturais desportivas ou recreativas muito maior do que existia, porque têm confiança na Câmara independentemente do pensamento político dos responsáveis das associações. Atualmente existe uma veracidade que às vezes até é confundida com um excesso de atuações e eventos apesar dos recursos financeiros não serem muitos, mas muito canalizados para essa matéria e é preciso reconhecê-lo. O trabalho que se fez na recuperação do Cine Teatro de Vila Praia de Âncora que é um trabalho marcante, porque muda completamente aquilo que é a atividade cultural de uma parte do Concelho de Caminha que é o Vale do Âncora que estava absolutamente esquecido, escondido através dos espetáculos que se faziam aqui ou ali na rua.

Hoje há uma dinâmica cultural que assegura isso, o teatro que vai às suas Freguesias, a capacidade de mobilizar os grandes eventos, fez-se regressar o Festival de Vilar de Mouros, fez-se regressar o Rally de Portugal. Está-se a trabalhar em um conjunto de situações que são absolutamente fundamentais. Está a ser gravada uma série de televisão que vai passar a partir do dia 18 de



Assembleia Municipal de Caminha

julho, às nove horas na RTP1, num esforço de mobilização enorme que tem haver com o lançamento do nosso território para outro patamar. Hoje o Presidente da Câmara, é eleito Presidente do Conselho Regional; através da mobilização do desporto conseguiu-se ter atividades que não se tinham, como, a meia maratona, o triatlo, a divulgação de vários eventos, a capacidade de se ajudar cada uma das nossas modalidades sobretudo nos mais jovens e isto é uma mudança fundamental e que se vai continuar a fazer.

Disse ainda o Senhor Presidente que hoje as Freguesias recebem à cabeça, não se escolhem Freguesias amigas ou não amigas, nenhuma está a zeros. Podem não estar satisfeitas porque gostavam de ter mais, mas já não há Freguesias a zero, como o Senhor Deputado se lembra que havia antigamente, só porque não eram amigas e não interessava financiar. Esse paradigma mudou, porque hoje em dia há um exercício de participação e cidadania completamente diferente e por isso Senhor Deputado, ao contrário do que pensa, há uma mudança fundamental entre o passado e o presente e acredita o Senhor Presidente que se alcance uma mudança mais importante para o futuro porque se está a construir as bases desse futuro neste trabalho e em outros trabalhos que se estão a fazer. Porque ao lado destas matérias continua-se a fazer as ecovias que trazem atratividade, continua-se a fazer os equipamentos do campo de Futebol de Lanhelas que trás também o benefício para as Freguesias e para as camadas jovens ligadas ao desporto. Continuou-se a beneficiar o Mosteiro de São João d'Arga preservando uma das joias de coroa do nosso românico. Continuou-se a fazer o trabalho de requalificação do paredão de Moledo porque é fundamental, fez-se o saneamento em Âncora, Vilar de Mouros, Argela. Desenvolveu-se a capacidade de fornecer fibra ótica a cerca de 80 por cento da população deste Concelho.

Por fim, disse o Senhor Presidente que no mês de maio de 2018, o Concelho de Caminha tinha 384 desempregados inscritos. Quando herdaram a Câmara tinham 1036 desempregados, logo, se esta não é uma matéria fundamental, que puxa pela nossa economia apesar das dificuldades.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que hoje mais uma vez vai estar ali um tema que os divide, mas, que mais uma vez é estruturante porque a decisão que ali se vai tomar é uma decisão que vai condicionar e definir o futuro do Concelho de Caminha, na qualidade de vida daqueles que ali habitam durante os próximos trinta anos.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs réplica, para a qual houve inscrições.

A **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que não está em causa a obra executada em Vila Praia de Âncora, tomara ele como Presidente de Junta que fossem executadas muitas mais obras. Aquilo que está em causa é a transparência dos factos, pois foi a Junta de Freguesia que iniciou este processo, foi a Junta de Freguesia que falou pessoalmente com o administrador da insolvência, foi a Junta de Freguesia que falou com o empreiteiro que deixou a caução na Câmara Municipal de Caminha e essas pessoas estão com ele e gostariam que na comunicação social, como vossa excelência disse ali e muito bem que foi levantada a caução, e que esse dinheiro não é da Câmara mas sim do Senhor Batista que lá deixou caução.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou ao Senhor Presidente que lhe permita o desabafo de que hoje o Senhor Presidente transpira simpatia.

O Senhor Deputado disse ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que na verdade o favoritismo que eles têm é para com a população do Concelho de Caminha. E se o Senhor Presidente estiver com a população de Caminha, a CDU está com ele.

Porém, aquilo que o Senhor Deputado queria saber, e que ficou por responder na última Assembleia, era sobre a questão do Mercado Municipal, tendo o



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente da Câmara assumido, nesse momento, que reservaria para a Assembleia seguinte essa resposta. Mas, uma vez que da disse sobre a matéria, era essa informação que esperava que lhes fosse dada, e se pudesse agradecia.

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu que de momento não tem nenhuma informação para dar.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

A **Senhora Deputada Christine Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Caros munícipes

Muito me apraz perceber que o concelho de Caminha está cada vez mais robusto económica e socialmente, mais dinâmico e mais atraente para os seus visitantes.

Os níveis de notoriedade e de imagem pública são evidentes!

Basta atentarmos nos conteúdos que diariamente são noticiados, que vão sendo veiculados pelos vários meios de comunicação e que, basicamente, têm origem num comércio, num turismo e nas demais atividades concelhias em permanente crescendo alavancadas por um vasto conjunto de medidas encetadas pela Câmara Municipal como é o caso dos muitos eventos e iniciativas que decorrem durante todo o ano e não só na época alta, quer a nível do desporto, quer a nível sociocultural.

Nestes últimos 5 anos a qualidade na organização de eventos foi uma



Assembleia Municipal de Caminha

realidade, não só pela diversidade da oferta de animação, mas também pela sua implementação em vários pontos do concelho.

A sua proliferação, tantas vezes criticada pelos inevitáveis custos diretos, num exercício, há que dizê-lo, do mais puro cinismo por parte dos seus autores, trouxe, inequivocamente, um crescente impacto económico no tecido empresarial local e uma estimulante promoção turística do nosso concelho que a todos beneficia.

No âmbito do desporto, o município de Caminha tem demonstrado ser um parceiro fundamental para incentivar a prática desportiva!

O seu permanente e estimulante apoio ora em termos financeiros, ora em termos logísticos, ou em ambos ate, permite, diariamente, a salutar atividade das nossas coletividades, dos nossos clubes de todos os quadrantes Concelhios.

E, se por si só, tal postura já é de louvar não é menos certo de que, com uma visão estratégica exemplar, o nosso executivo municipal tem sabido captar, tem sabido puxar para o nosso concelho, alguns dos mais mediáticos acontecimentos desportivos que se desenrolam no País, alguns dos quais ultrapassam mesmo as suas fronteiras como por exemplo o Rally de Portugal, a Sunset Meia Maratona ou o Xtrem Challenge Portugal, entre outros.

Já no âmbito cultural, Caminha tem- se afirmado, podemos dize-lo sem receio, como um município de referência tal e a versatilidade da sua oferta!

Dos eventos culturais de caracter religioso, como a Solene Festividade do Corpo de Deus com os seus espetaculares e policromáticos tapetes florais, aos mais enraizados nas crenças populares e artesanais como o transfronteiriço Entre Margens ou o chamativo Vila Praia em Flor, passando pelo Art Beer Fest, a Feira Medieval ou a aposta na divulgação dos Caminhos de Santiago, sem esquecer os múltiplos e genuínos arraiais que exibem, com fulgor e dinamismo, o que de melhor há nas nossas freguesias, constituem, todos eles, uma inigualável panóplia cultural que sustenta, firmemente, a afirmação inicial: Caminha é um concelho de referência para milhares de visitantes que



Assembleia Municipal de Caminha

frequentam os nossos cafés e restaurantes, vêm conhecer os nossos monumentos, as nossas gentes e a nossa história!

E, tal como no campo desportivo dissemos, se tal dinâmica já é de louvar também neste particular da cultura a visão estratégica do executivo municipal para a divulgação do concelho consegue uma proficuidade que queremos ressaltar através de mais um exemplo que catapultará a imagem do nosso território para patamares que até há bem pouco tempo poderíamos considerar inatingíveis.

Refiro-me, concretamente, pela novidade e pelo generoso impacto que há-de gerar, as gravações da série televisiva Verão M que decorrem em várias freguesias no nosso concelho e que perpetuarão, através da RTP, o que de melhor tem concelho de Caminha: as suas gentes, as suas paisagens, o seu património, a sua gastronomia, a sua beleza.

O nosso concelho passará em horário nobre na RTP, na RTP internacional e na TV Galiza. Esta é uma estratégia de promoção turística que tem tudo para ser um enorme sucesso. Que orgulho vemos a nossa terra na televisão e as nossas gentes como figurantes!

E acresce ainda que, graças aos vários atores de grande gabarito que estão no nosso concelho a gravar esta série de Verão, a nossa terra não para de estar nas grandes redes sociais, associadas a estas figuras públicas, são milhares as selfies, são centenas as paisagens, são milhares as fotografias que semanalmente são postas online, despertando a curiosidade dos seguidores destes homens/mulheres da televisão.

Assim, só nos resta concluir que o Partido Socialista e os seus eleitos têm demonstrado um excelente trabalho na luta para assegurar o melhor para o nosso concelho, para que estes sinais de qualidade signifiquem mais investimento, mais emprego e coesão social para os naturais e residentes e mais qualidade de vida para a todos aqueles que nos visitam.

Passado 5 anos convém dizer que o investimento estratégico para o concelho permitiu:



Assembleia Municipal de Caminha

- a) Um acréscimo de pessoas que visitam a nossa terra e uma maior procura das nossas unidades hoteleiras e de restauração;
- b) O crescimento das atividades comerciais e hoteleiras, impulsionadas pelo acréscimo da procura turística a nível interno e externo;

E ainda:

- Promover a atração turística e atrair cada vez mais pessoas ao nosso concelho.

Pelo que, só me resta congratular o Sr. Presidente da Câmara pela audácia e preponderância com que tem projetado o nosso concelho a nível nacional e internacional.

Disse!”

O Senhor Deputado João Domingues, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“Permitam-me que me debruce sobre a política de intervenção desta autarquia no âmbito da proteção das florestas tendo por base a alteração da lei ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Assim, e de forma muito sintética, o artigo 15º da Lei 76/2017 de 17 de agosto, determina que se proceda à limpeza de terrenos na rede viária numa largura não inferior a 10 metros, em terrenos de pastagens a limpeza deverá ser efetuada numa largura não inferior a 50 metros pelos proprietários dos mesmos e no caso dos aglomerados populacionais confinantes com espaços florestais, esta limpeza deverá ser efetuada numa largura não inferior a 100 metros também pelos proprietários. Esta limpeza tem que ser efetuada até ao dia 30 de abril de cada ano e caso isso não aconteça a compete à Câmara municipal realizar estes trabalhos, podendo cobrar aos proprietários os custos.

Algo que este Município está a fazer, substituindo-se aos privados, em casos que o justificam.



Assembleia Municipal de Caminha

Feita esta resenha e centrando-nos no papel da CMC, devemos dizer que a autarquia tem procedido à limpeza de estradas, terrenos de particulares, terrenos públicos, matas, florestas, e o investimento ronda já cerca de meio milhão de euros, parte deste já despendido e o restante em vias de ser.

Nos primeiros seis meses do ano, o Município de Caminha mobilizou cerca de 260 mil euros para ações relacionadas com a floresta e a prevenção de fogos, designadamente limpeza de terrenos, arranjo de estradões e outras atividades. Assim, neste momento, em termos de execução de faixas de gestão de combustível com recurso a silvicultura (Programa de Sapadores, Município, Baldios, Privados), foram desenvolvidas ações em 246,64 hectares.

Na gestão de combustíveis com recurso a Fogo Controlado há a registar trabalhos em mais 80,489 hectares e em matéria de beneficiação da Rede Viária Florestal foram realizadas intervenções ao longo de 19 quilómetros. A finalidade é proteger as populações e as suas habitações e para levar acabo estas tarefas a CMC a colaboração dos sapadores para o Vale do Coura e dos sapadores de Riba de Âncora.

Já num âmbito mais alargado e tendo ainda por base o flagelo dos incêndios que assolou o nosso país no ano passado, numa lógica preventiva a CMC criou e apresentou no dia 15 de maio, duas equipas de intervenção permanente, constituídas por 5 elementos cada; sediadas em Caminha e Vila Praia de Âncora. Estas duas equipas são compostas por bombeiros profissionais que asseguram uma pluralidade de serviços e compreendem inúmeras valências tendo como missão assegurar o socorro às populações em caso de incêndios, desabamentos, catástrofes etc. Atendendo a que uma intervenção na primeira meia hora reduz para metade a probabilidade de propagação dos incêndios, a existência de um grupo de profissionais sempre disponível a intervir dá-nos indicadores muito positivos no combate aos fogos.

Nesta linha, Caminha é ainda um dos 9 concelhos pioneiros no Programa Nacional de Redução de Ignições, integrando um projeto piloto de avaliação de queimas e amontoados de combustível florestal e autorização de queimadas.



Assembleia Municipal de Caminha

Tendo, a CMC adotou aprovado um projeto piloto denominado (BUPI). Este projeto consiste em identificar e delimitar terrenos, descobrir os seus proprietários, registá-los/cadastrá-los e desta forma tornar mais fácil a limpeza dos mesmos e a responsabilização pela falta dela junto dos seus proprietários. Esta autarquia disponibiliza uma viatura e um conjunto de 3 técnicos que se deslocam aos locais para recolher dados e posteriormente registar e referenciar os ditos terrenos sem que os proprietários tenham que se deslocar à conservatória.

Com esta ferramenta, pretende-se identificar todos os terrenos que ninguém sabe de quem são nem onde começam e terminam...o que facilita a sua limpeza e manutenção, bem como o conhecimento do território do concelho e a sua composição.

Concluindo, a prevenção contra incêndios é da responsabilidade de todos nós, temos que limpar os terrenos, recolher lixos tóxicos e comunicar às autoridades qualquer situação potencialmente perigosa para o nosso território e as nossas populações. A CMC está atenta e a apostar na prevenção e na ação antes da tragédia, agradecendo desde já aos Bombeiros de Caminha e Vila Praia de Âncora por todo o trabalho e dedicação com que têm protegido o nosso Concelho e cada um de nós.

Obrigado. Disse.”

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que a sua intervenção tem haver com a informação do Senhor Presidente porque tem um ponto que lhe diz muito. A inauguração do Cais da Rua. Foi um dia bonito, estava uma manhã muito bonita e Caminha viu ali uma obra que esperava há muito tempo. E, antes de dizer algumas considerações sobre o Cais de Rua, disse que ali nesta



Assembleia Municipal de Caminha

assembleia refletiu um pouco sobre aquilo que representa a política. E disse que na campanha eleitoral ouviu, sistematicamente dizer que esta obra era uma obra virtual, que não se ia realizar à semelhança daquilo que tinha acontecido no passado, que era mais um Power Point que estava a ser projetado no Valadares em véspera de eleições, mas não, apenas quer dizer que a obra está feita. E repete, que se realizou, é tangível e é bonita.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que a reflexão que ali está a fazer, é porque estão ali os eleitos e dizer-lhes que em política não vale tudo. Referindo que na política, e ele já esteve na oposição, não servem todos os argumentos. E assim, a população soube reconhecer quem falava a verdade. Foi uma obra feita com a conjugação de vários intervenientes, os pescadores em primeiro lugar, toda a sua luta, toda a sua tenacidade, toda a sua garra, todo o seu desejo, com a participação do Presidente de Junta, muito forte e reivindicativo, Capitania, Governo Português, e a Câmara Municipal a qual teve um papel muito importante de conjugar uma série de vontades e uma série de programas e conseguir que o Ministério do Mar percebesse que era uma obra fundamental. Conseguiu-se ali um financiamento. É uma das obras mais importantes que se tem assistido para o setor do emprego. Fala-se muito do turismo, fala-se muito do comércio, e Caminha obviamente vive do turismo, do comércio, dos serviços públicos, mas a pesca é a nossa indústria. Esta atividade tem conseguido dar resposta, sobretudo em épocas de crise, os nossos pescadores têm conseguido ter uma boa atividade, vejam os números que estão publicados sobre a quantidade de peixe e sobretudo o valor do peixe pescado no Porto de Caminha e esta é uma atividade segura. Trata-se de uma atividade transversal às atividades do Concelho, o comércio e o turismo. Não há comércio e turismo sem termos produtos que mostrem a diferença e o sável, o meixão, a lampreia, o robalo são produtos de excelência e são produtos que temos de acarinhar e vender para o nosso país e assim trazer mais pessoas para visitar o Concelho e conseguir-se mais proveitos para com as pessoas que cá trabalham.



Assembleia Municipal de Caminha

Contudo, Senhor Presidente o caminho de Caminha faz-se caminhando, neste caso, faz-se navegando. E, nós temos outros desafios, um deles e sabe-se que está preste a concretizar-se, e outros que tem de se acelerar, fazer ações para os atingir. Uma das questões tem haver com os aprestos dos pescadores, está a ser encontrada uma solução para os guardar, a zona onde estão neste momento não é a melhor, logo, tem de se criar condições, apesar de saber que está bem encaminhada, gostava de o esclarecer melhor. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta, que também se tem a questão da zona do Quintas que têm sido feitas algumas intervenções da Câmara Municipal com a luz e com a água, sendo essa uma zona importante, contudo, não deixa de lembrar que o PDM de Caminha tem previsto para essa zona, que é a zona da Foz do Minho, uma zona para trabalho de pesca profissional, lúdica, mas também para atividades náuticas desportivas, logo, é importante se começar a cumprir o PDM com o chamado Plano do Pormenor e preparar um novo Quadro Comunitário porque o futuro de Caminha passa por aquela zona. Disse ainda, que apesar de ser uma zona muito sensível, tem muitas identidades e tem de se criar condições para que essa zona esteja ao serviço da população e da economia do Concelho, sem obviamente mexer no Camarido. É importante fazer este investimento, como também é muito importante criar condições para uma lota em Caminha. Os pescadores são importantes, mas são importantes quando pescam e conseguem vender o peixe em condições, pelo que, solicita para que em conjunto tentem arranjar uma solução para a lota de Caminha.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“Chegamos a junho de dois mil e dezoito, cinco anos depois de ter tomado posse, pela primeira vez, neste concelho, o atual Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves.

No exercício das suas funções, era sistemático ouvir-se dizer que a câmara se



Assembleia Municipal de Caminha

encontrava falida, mas todos sabíamos que tinha consciência da existência de mais de 2 milhões em bancos.

Face à atual situação financeira, o que dirá agora?

Depois de estar há 3 anos a apresentar prejuízos, que são da sua total responsabilidade:

Depois de 5 anos a não aceitar as críticas e sugestões do Partido Social Democrata, de andar a fazer malabarismos argumentativos políticos, apenas com o intuito de denegrir a imagem daqueles que o antecederam, chegamos ao dia de hoje, sem dinheiro, com mais de 5 milhões de dívidas e ainda estamos em junho de 2018.

Durante estes cinco anos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, devia ter concentrado todas as suas energias em gerir bem, muito bem o município, ao invés de se preocupar em destruir a imagem de todos aqueles que o antecederam. Porque afinal a sua preocupação era ganhar eleições aplicando medidas eleitoralistas, que colocaram o Concelho como o pior pagador do distrito e um dos piores do País, pagando a mais de 200 dias. Falamos por exemplo, do facto de ter prescindido de receita e com isso não ter conseguido fazer face às despesas e aos encargos que tinha.

É preocupante a quantidade de empresas que estão em risco de fechar portas porque o executivo camarário não lhes paga o que lhes deve. Podemos afirmar que são muitas, inclusive no nosso concelho. Quantas são as empresas aqui no concelho que já não lhe dão crédito e fogem só de ouvir o nome do município? Muitas, infelizmente muitas. Depois há as grandes empresas, que apoiam o município apesar das dívidas que lhes foram criadas.

São valores avultados que o município lhes deve e damos como exemplo a empresa Luságua, à qual a dívida já ascende o meio milhão de euros. Uma empresa contratada pelo município de Caminha, responsabilidade do seu executivo e a quem não pagam um cêntimo há muitos meses.

Será esse o motivo de termos o concelho cada vez mais sujo, com menos limpeza, utilizando o recurso a métodos que vão contra a própria lei,



Assembleia Municipal de Caminha

nomeadamente a colocação de herbicida em frente das escolas?

Passados estes anos, e porque o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, não tem mais argumentos a apresentar, vai continuar a culpar o passado de uma realidade que V.exa. criou.

Prejuízos em cima de prejuízos e uma dívida de mais de 5 milhões de euros.

E não podemos esquecer, que a dívida só está com este valor, porque, entretanto, fez um acordo de pagamento da dívida de água que já não entra para este bolo total. Caso contrário, estaríamos aqui a pedir um resgate financeiro a favor da Câmara Municipal de Caminha.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, O executivo e as bancadas com assento nesta Assembleia que o apoiam, irão continuar a falar de tudo, menos daquilo que realmente interessa e nos deve preocupar a todos.

O repto que lançamos a todos os Senhores Deputados, é de aproveitarem estas assembleias para uma discussão livre e participativa para melhorar o que não está bem.

Infelizmente, não é isso a que temos assistido. Assistimos a um constante enfiar a cabeça na areia e a insurgirem-se de uma forma, por vezes violenta contra todas as opiniões que possam melindrar a imagem do Senhor Presidente. Assim vai a nossa democracia.

Senão vejamos! Sobre a dívida? Não falam, nada se diz. Sobre os prejuízos? Não falam, nada se diz. Sobre o fim de inúmeros eventos? Ninguém fala. Sobre a falta de limpeza? Ninguém fala.

Sobre a falta de estratégia para potenciar uma recuperação económica financeira? Nem perdem tempo com isso.

Sobre a ineficácia de inúmeros programas e regulamentos que estão em vigor no município e parados por faltas de verbas. Nem os conhecem.

Afinal está tudo bem.

Afinal a dívida de 5 milhões de euros poderá não ser real.

Afinal o facto de ao dia de hoje não ter sequer fundos disponíveis, é uma ilusão



Assembleia Municipal de Caminha

de verão.

Para terminar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o futuro não se apresenta risonho. Infelizmente os cofres do município irão continuar vazios, tornando insustentável a sua gestão.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que apenas vai dar nota de algumas intervenções que ali foram realizadas, e começou pela intervenção da Deputada Christine que indicou ali de facto, o que é hoje a atividade desportiva, a multiplicação de eventos, apesar de menos sustentados pela Câmara do que estavam, e o facto de a Câmara ter divulgado o processo de criação de eventos e dinamização da cultura, do desporto, da área associativa e recreativa, o que faz com que hoje, haja um conjunto de eventos que acontecem ao lado do que é a atividade Câmara e isso deixa-o muito satisfeito, porém, isto é importante na divulgação e promoção do próprio território. As pessoas vêm ao território quando o conhecem e para o conhecer têm de ser alertadas através dos meios de comunicação social, através das redes sociais. É fundamental criar o clique, e se as pessoas vêm quer dizer que vão estar a consumir, vão estar nos restaurantes, vão estar a comprar nas lojas, vão estar a usufruir do nosso espaço público e vão estar também a criar mais condições para mais gente que eventualmente que aqui fiquem. Logo, é importante ver isso, é muito para além daquilo que o Senhor Deputado Celestino Ribeiro fala nos eventos. Os resultados da Câmara vão mais para além disso, e o Senhor Presidente agradece muito a sua intervenção.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Caminha, disse o Senhor Presidente que não só lhe agradece a intervenção, mas também todo o trabalho que teve para tornar possível o Cais da Rua. O Cais da Rua, é de facto algo que deixa uma marca fundamental na dinâmica que se tem entre a classe piscatória, a Junta, a Capitania de Caminha e a Câmara Municipal, mas, isto é apenas parte de um processo. E os desafios que ali lançou são desafios



Assembleia Municipal de Caminha

para agarrar. Disse ainda que já se tem o processo consolidado dos aprestos, a questão da localização também está mais ou menos definida, vai ter de ficar um pouco mais a sul da estrada, contudo, vai-se continuar a fazer o processo e julga que hoje a classe piscatória está dignificada, tem mais condições, mas está ainda longe de ter as condições perfeitas. De facto, os últimos números de negócios, embarcações têm mais uma dezena registada este ano, o que quer dizer que as coisas vão pelo bom caminho e que se está a fazer aquilo que se deve fazer. Por isso, o Senhor Presidente deixa ali nota que mesmo a Câmara Municipal estando numa situação muito difícil do ponto de vista financeiro, a verdade é que se consegue fazer obra, porque se tem o prestígio e a capacidade de mobilizar aqueles que têm o dinheiro. E o caso do Cais da Rua é um caso em que se juntaram peças, juntaram financiamento e o Cais da Rua custou zero à Câmara Municipal, aos impostos das pessoas. E isso é fundamental.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Alberto Magalhães, disse o Senhor Presidente que lhe vai responder pela sétima vez, e que para a próxima vez seria bom trazer um capítulo para ajudar a resolver essas situações.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Domingues, disse o Senhor Presidente que aquilo que está hoje a acontecer na floresta e em Portugal é algo absolutamente marcante. Aquele trabalho que ali foi referido que está a ser desenvolvido pela equipa de sapadores que foi criada este ano que estão a proceder a um conjunto de limpezas, e que já ali foram dados números sobre os hectares que foram limpos em torno das casas, populações e rede viária. O trabalho que foi feito em torno da área industrial da Gelfa, a limpeza do caminho da ligação de Dem a Arga de São João, este trabalho também feito em parceria com os sapadores dos Baldios de Riba de Âncora através da contratação de serviços, feito através dos privados que estão de facto, ali a encontrar uma oportunidade de empregabilidade, mas sobretudo o trabalho que as pessoas estão a fazer. O trabalho que está a ser feito na identificação do cadastro do nosso Concelho. Hoje, já se tem mais de mil georreferências



Assembleia Municipal de Caminha

em todo o Concelho e Freguesias. Houve um conjunto de pessoas que já vieram à conservatória ou à unidade móvel da Câmara Municipal de Caminha, que foi a primeira unidade do país a fazer georreferenciação dos seus terrenos, porém, que ainda não é suficiente. O trabalho das equipas de intervenção permanente que são financiadas a cinquenta por cento pela Câmara Municipal de Caminha, quer em Vila Praia de Âncora, quer em Caminha, aos Bombeiros de Caminha. Contudo, refere o Senhor Presidente que isso não evitará que os incêndios não aconteçam quer em Portugal, quer no Concelho de Caminha. Até agora já aconteceram muitos incêndios no Concelho de Caminha, mas foi possível controlar, porque existem estas equipas de intervenção rápida, os bombeiros mobilizados com a sua capacidade de regeneração e intervenção, as pessoas estão mais atentas, os baldios estão a trabalhar muito na limpeza e conseguiu-se criar soluções, mas, quando multiplicarem as ignições, quando a humidade descer, quando as temperaturas subirem e quando o vento soprar mais forte, provavelmente iremos ter problemas no Concelho de Caminha. Com isto, quer alertar o Senhor Presidente todos, porque este trabalho é inacabado e provavelmente na próxima Assembleia poderemos estar a discutir alguma situação que aconteceu. Foi possível fazer um trabalho importante, mas não é a totalidade do trabalho que é preciso fazer, isso seria impossível.

Contudo, vai-se continuar a fazer muito mais trabalho do que alguma vez se fez, e julga o Senhor Presidente que isso deve deixar todos orgulhosos. Também, é verdade que se fez o trabalho com os sapadores de Riba de Âncora na sua contratação, todos aqueles pedidos que foram feitos no Concelho de Caminha, por questões sociais, porque as pessoas não tinham capacidade financeira para fazer limpeza, os que foram deferidos já estão limpos através da contratação dos Baldios. E isso distingue o Concelho de Caminha no contexto do país. Disse ainda o Senhor Presidente que isso não é criar uma barreira ao fogo, é distinguir o trabalho que se tem feito, e agradece a todos, todavia, deixa este alerta porque os incêndios continuarão e nós teremos de continuar a fazer o trabalho de prevenção e sobretudo saber que



Assembleia Municipal de Caminha

não se vai conseguir proteger tudo e que na primeira linha estão as pessoas e os seus bens, mas, vai-se continuar a fazer esse trabalho para honrar o que as pessoas esperam deste executivo, honrando o futuro do nosso Concelho e de Portugal que passou um ano tão difícil.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que agradece o intervalo que vai fazer, contudo, está muito confuso com a condução dos trabalhos, quanto a estas últimas intervenções na discussão decorrente, porque, aquilo que ali se acabou de assistir foi particamente a uma continuidade do período antes da ordem do dia. Disse ainda o Senhor Deputado que o Senhor Presidente da Câmara pode usar da palavra para prestar esclarecimentos relativamente à sua própria informação, mas ali não se ouviu nenhuma intervenção dos Senhores Deputados Municipais a requerem que essa informação adicional fosse prestada.

Disse ainda que a Assembleia Municipal na qual tem assento os Deputados Municipais que são vinte e um, mais os catorze representantes das Juntas de Freguesia, torna-se constrangedor serem inibidos de usar da palavra e depois ver-se usar figurinos que nem sequer constam do próprio regimento da assembleia. Pelo que deixa ali para reflexão no intervalo que decorre até à próxima assembleia, já que a apreciação escrita da Câmara Municipal é a apreciação escrita da Câmara Municipal, não é a continuação do período antes da ordem do dia.

A **Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso**, disse que antes de se dar início ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, que acabou de ali chegar um Presidente de Junta, com a respetiva justificação. E pergunta á Assembleia se alguém se opõe a que ele faça parte da continuação da mesma. Uma vez que ninguém se opôs, o Senhor Presidente de Junta, José Manuel Cunha, fará parte da mesma.



Assembleia Municipal de Caminha

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de abril 2018

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 27 de abril 2018”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Constituição da Empresa Pública “Águas do Alto Minho” para Integração dos Sistemas Municipais de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas com a Participação do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de treze de junho de dois mil e dezoito, relativa ao **“Constituição da Empresa Pública “Águas do Alto Minho” para Integração dos Sistemas Municipais de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas com a Participação do Município de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão delibere:

1) Aprovar a constituição de uma Parceria Pública entre o Estado Português e



Assembleia Municipal de Caminha

o conjunto dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, mediante a celebração dos seguintes contratos:

a) Contrato de Parceria Pública e seus anexos, por intermédio do qual os municípios decidem agregar os respetivos sistemas municipais num sistema territorialmente integrado designado por Sistema de Águas do Alto Minho, o qual inclui as infraestruturas e os equipamentos do município de Caminha previstos no plano de investimentos, nos termos descritos em anexo no dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação;

b) Contrato de Gestão e seus anexos, que visam estabelecer os termos e os objetivos da exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos descritos em anexo no dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação;

2) Designar o Presidente da Câmara Municipal para representação do município de Caminha na outorga dos contratos supra referidos;

3) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a subscrição pelo município de Caminha de 30.355 (trinta mil trezentos e cinquenta e cinco) ações da categoria A, representativas de 151.775,00 € (cento e cinquenta e um mil, setecentos e setenta e cinco euros) do capital social da sociedade A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A., entidade gestora do Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos dos estatutos que constituem o anexo no dossier apenso à presente deliberação e com os fundamentos constantes do documento enquadrador da parceria e do anexo no dossier apenso à presente deliberação, que dela fazem parte integrante;

4) Aprovar a minuta de acordo parassocial, a subscrever pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelo conjunto de municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos descritos no anexo no dossier apenso, que faz parte integrante da presente deliberação;



Assembleia Municipal de Caminha

5) Determinar o início do procedimento de revisão dos regulamentos municipais dos serviços públicos de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como dos regulamentos que disponham sobre a matéria das taxas e tarifas relativas àqueles serviços, com vista à sua harmonização com o regime previsto na lei e nos Contratos de Parceria e de Gestão em matéria de medição dos níveis de serviço, faturação e cobrança, regime tarifário e contraordenações.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa, e solicitou ao Senhor Presidente da Mesa uma reunião com os líderes das outras bancadas. Há uma informação que ele lhes queria prestar primeiro a eles, e só depois à restante assembleia.

De seguida o Senhor Deputado, agradeceu ao Senhor Presidente e passou a explicar aquilo que acontece com a proposta apresentada e disse que; a primeira reunião realizou-se em Viana do Castelo e foi lá que se fez a primeira votação deste contrato. E ele após essa reunião ter sido efetuada, pôde ler todo o documento, porém, quando este documento chega esta semana à sua mão, onde voltou a lê-lo, chega à conclusão que o nosso documento que vai ser ali ser alvo de discussão não é igual ao documento que foi votado em Viana do Castelo. Pelo que, isto não pode acontecer, sendo o mesmo contrato para todos os municípios, o contrato tem de ser igual para todos os municípios, ou seja, todos vão votar a mesma coisa.

Contudo, o Senhor Deputado ainda teve o cuidado de hoje à tarde ir ao site da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, e já exposto o documento em questão é igual ao de Viana do Castelo e diferente do de Caminha. Mas, o documento tem de ser rigorosamente igual para todas as Câmaras, porque o contrato é o mesmo e aqui só há uma solução, que passa de acordo com o seu grupo o qual solicita que se retire a alínea c), do período da ordem do dia desta Assembleia Municipal.

De seguida o Senhor Deputado Rui Taxa, apresentou um requerimento à



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'R' and 'A' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

mesa, o qual vem referir a retirada da alínea c), para aceitação e votação pelo plenário.

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o documento que ali está a ser apresentado foi o mesmo que foi levado a reunião de Câmara, e aquele que ali se vai fazer aprovar ou reprovar é o documento que a câmara aprovou e apresentou à Assembleia Municipal.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que perante a questão que ali foi levantada pelo Senhor Deputado Rui Taxa que é pertinente, e acreditando nessa matéria, o facto é que em duas Câmaras Municipais existe um contrato de parceria aprovado com um texto e no de Caminha com um texto diferente, nomeadamente em três alíneas.

Refere o Senhor Presidente que no momento não consegue dizer à Assembleia qual destes contratos está bem. Mas, pode ser o de Caminha que esteja correto, porque ao longo destes últimos meses e sobretudo nestas últimas semanas, vários documentos circularam sobre a negociação de ambas as partes. Porém, aquilo que o Senhor Presidente pode dizer que o último documento concertado por todas as partes e que foi enviado para a Câmara Municipal de Caminha, para ser colocado em reunião de câmara é este que ali está. Contudo, não pode atestar com absoluta certeza que o documento não tenha tido uma evolução nestes artigos ou que tenha havido outra reunião de câmara ou outras assembleias municipais. Porém, aquilo que ali não está em causa são esses artigos, mas a posição política dos deputados. E aquilo que ali se está a aprovar é o documento que foi aprovado em reunião de câmara. Também, se o executivo perceber que em Caminha não lhes foi enviado o último documento ou perceber que cometeram o erro de não terem visto o último documento que enviado. Se isso acontecer executivo levará à Câmara e Assembleia os artigos distintos. Porém, com toda a franqueza, o Senhor Presidente acha que a posição política não será diferente, e neste momento



Assembleia Municipal de Caminha

estar a tomar este posicionamento, julga que não faz sentido.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que na sua perspetiva não põe em causa o objetivo que ali pretendem. Pelo que, deverá ser apreciado o ponto da ordem de trabalhos.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento e disse que não se trata de uma pequena divergência. Este documento tem que ser igual em todo o lado. Porém, pode-se é admitir que o documento do Concelho de Caminha é o documento certo. A assembleia tem que ter consciência que em caso de aprovação, a Assembleia está a aprovar este documento e mais nenhum, ou seja, basta uma vírgula para que o documento seja diferente.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, solicitou a palavra mais uma vez para prestar um esclarecimento que é devido. E disse que a cláusula trinta são dez alíneas que estão diferentes. A cláusula trinta e um são quatro artigos que estão diferentes. A cláusula trinta e dois são três artigos que estão diferentes.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse mais uma vez que o documento apresentado foi aquele que foi aprovado em reunião de câmara, e caso seja necessário será retificado numa assembleia extraordinária o mais rápido possível. Porém, o Grupo do Partido Social Democrata, apresentou um requerimento, o qual se coloca à Assembleia para votação. E pergunta se alguém se quer inscrever para discutir este requerimento?

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e questiona o porquê de se votar contra ou a favor de um



Handwritten signatures in blue and black ink.

Assembleia Municipal de Caminha

documento apresentado e depois caso seja necessário fazer-se uma Assembleia Extraordinária. E pergunta o Senhor Deputado, porque não se suspende este ponto e marcar-se uma Assembleia Extraordinária para votar e discutir a proposta correta assumida por todos os municípios, pois esta seria uma questão prática.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que na perspetiva da CDU, não existe nenhuma ilegalidade de se poder discutir a proposta que ali chegou. Este documento é o que foi aprovado pelo nosso município. Não se tem conhecimento de qualquer outro documento.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação a aceitação do requerimento apresentado pelo Partido Social Democrata, o qual **foi rejeitado por 22 votos contra, 11 votos a favor e 2 abstenções**.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU votou a favor da permanência deste ponto na ordem de trabalhos, porque considera que retirar este ponto seria duvidar da veracidade dos trabalhos da própria Câmara Municipal. E consideram que os documentos propostos são verdadeiros como respeito aos órgãos do município.

De seguida passou-se a discussão do ponto da ordem de trabalhos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Dem**, ausentou-se da sala por motivos pessoais.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez a seguinte intervenção;

“Minhas Senhoras e meus Senhores:

Nos últimos anos, vemos fortalecer o discurso da necessidade de privatização como solução para os graves problemas económicos que muitas autarquias



Assembleia Municipal de Caminha

contraíram. Privatizações estas feitas através de Parcerias Público-Privadas ou mesmo de empresas privadas.

No nosso Concelho, já foram privatizadas algumas áreas, como a recolha de resíduos e limpezas urbanas, água e saneamento em alta.

Todas estas privatizações foram efetuadas pelos executivos PS que lideraram a Câmara Municipal.

No nosso País, e em toda a Europa, cada vez mais há regiões que estão a fechar o livro das privatizações no setor da água, retomado os serviços para o controlo público, isto é uma resposta às falsas promessas dos operadores privados e ao fracasso em colocar o interesse das comunidades acima dos lucros.

As razões apresentadas são: baixa qualidade dos serviços, aumento brutal das tarifas, falta de transparência financeira e a cegueira em obter lucros exorbitantes. O lucro acima da vida. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, os Ancorenses recordam-se do dia em que foi apresentada a nova empresa "LUSAGUA" com uma aparatosa demonstração de equipamentos na praça da República e com a promessa de que a partir daquele dia as limpezas em Vila Praia de Âncora iriam ter uma melhoria muito substancial.

Infelizmente isso não aconteceu, tendo piorado drasticamente as referidas limpezas. Mais uma vez ganharam as falsas promessas.

Temos outro exemplo em como as privatizações não trazem melhorias para as populações, falo da EDP, após a compra de 22%, por parte dos Chineses, deparamo-nos com uma péssima prestação de serviços e sem um polo de atendimento em Vila Praia de Âncora.

Tudo em nome da redução de custos, para obtenção de milhões e milhões de euros em lucros anuais.

Isto é um pequeno exemplo quando se privatizam serviços públicos. Agora, após as últimas eleições autárquicas, os Ancorenses deparam-se com a notícia da concessão da água e saneamento em baixa, que poderá passar a ser gerida pela empresa Águas de Portugal - Águas do Norte por um período de 30



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'D. P.' and another signature below it.

Assembleia Municipal de Caminha

anos.

Sr. Presidente, Dr. Miguel Alves, porque escondeu esta pretensão aos Ancorenses? Porque não a referiu em período eleitoral? Porque não foi solicitado o parecer da Junta de Freguesia e solicitado a deliberação da Assembleia de Freguesia? Será que os Ancorenses só servem para serem enganados e marcharem contra os canhões?

Esta concessão, Sr. Presidente, só tem um fundamento, abandonar os munícipes e deixa-los à sua sorte, contra uma empresa que não vai olhar a meios para obtenção de lucros, ficando assim a Câmara livre de responsabilidades e de encargos financeiros.

É o meu dever como Presidente de Junta, estar sempre ao lado dos Ancorenses, defendendo os seus legítimos interesses, desde que os mesmos estejam dentro da Constituição da República Portuguesa.

Por esse motivo Sr. Presidente, como representante da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, vou votar contra esta proposta, porque a considero um atentado aos humildes orçamentos familiares, sublinhando que as novas tarifas de água após a concessão irão triplicar.

Para terminar, dirijo as minhas últimas palavras a todos os membros desta Assembleia, que foram eleitos pelo povo do nosso Concelho, para nesta casa, chamada a casa da democracia, estarem a favor da população e assim defenderem melhores condições de vida e não defenderem interesses meramente políticos.

Minhas Senhoras e meus Senhores, está nas vossas mãos votarem contra ou a favor desta proposta, mas lembrem-se que a água é o ouro azul do século 21, se votarem a favor, depois não chorem sobre o leite derramado, quem tiver o controle da água terá todo o controle da população, sem água não há vida.

Obrigado pela vossa atenção.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás, saudou novamente todos os presentes e fez a seguinte intervenção;



Assembleia Municipal de Caminha

“A Junta de Freguesia de Âncora já teve oportunidade de manifestar a sua posição sobre a matéria na sua generalidade em reunião do dia 24 de maio, em que o Executivo Municipal teve a elegância de expor e auscultar as opiniões das juntas.

Continuamos a considerar tratar-se de uma decisão que afeta a generalidade dos munícipes, inclusivamente a Junta de Âncora, uma medida que repõe justiça no valor da água, enquanto elemento essencial à vida e vem criar responsabilidade em todos nós relativamente ao uso desmedido da água.

Âncora julga tratar-se de um ato de gestão da Câmara Municipal e a ela compete decidir sobre a adesão, e a esta Assembleia, inequivocamente responsabilizar-se por ratificar ou não.

Neste pressuposto de alteração da gestão deste serviço, a Junta de Âncora quer exigir que seja reposta a justiça para com os ancorense e que a freguesia seja indemnizada por cerca de 45 anos de prejuízos que nunca sensibilizaram o Município de Caminha, ao ponto de este demonstrar o devido respeito pelos ancorense.

E que ninguém me argumente, que estamos a falar de problemas do passado, porque os anos de 2010 e 2012 não representam um passado assim tão distante, e o Rio Âncora a fauna e a flora aquáticas, ainda não recuperaram das descargas que receberam a montante da levada do Paço propagando morte até sítio do paredão, e penso que o Sr. Deputado Rui Taxa aqui presente poderá subscrever esta constatação por ter estado pessoalmente no local também ele preocupado com este atentado e em que todos fomos impotentes para encontrar soluções.

Foi o ecossistema aquático poluído de tal forma, que milhares de peixes, centenas de peixes de elevado porte, foram brutalmente assassinados sem que ninguém fosse responsabilizado.

Mas podemos também recuar ao passado recente de agosto de 2017 para referir o atentado ecológico e ambiental com efeitos irreversíveis decorrente do elevado fluxo de receções da ETAR da Gelfa, por consequência da falta de



Assembleia Municipal de Caminha

capacidade desta em proceder ao tratamento, e, claro está, perante tal cenário acontecem a inerentes descarregas completamente aleatórias para o Rio Âncora.

Quem fica com os prejuízos?

Sem dúvida que somos nós os ancorenenses.

Senão reparemos e sejamos pragmáticos.

- De que adianta deslocar-se a Junta de Freguesia e a empresa gestora para o local até às 11 horas da noite, se não há capacidade logística e humana para reverter cenários negativos com esta amplitude.

- De que adianta a Câmara Municipal multiplicar-se em diligências, se o atentado à natureza é uma realidade impossível de travar e o Rio Âncora abaixo do Paredão passa a estar absolutamente conspurcado e com cheiros nauseabundos em que mais uma vez somos todos impotentes para contrariar esta realidade negativa.

Perante todos os presentes e que fique devidamente registado em ata, quero afirmar categoricamente, o seguinte:

- Âncora, não tem o dever, nem nunca teve a obrigação de ser uma porta aberta para a passagem de infraestruturas coletivas, das quais muitas vezes ela própria não usufrui, muito menos, de ser o armazém dos detritos malcheirosos que os outros rejeitam.

Por isso mesmo, a primeira exigência que temos de deixar à nova empresa, aqui, já hoje, é a construção imediata de um emissário submarino com descarga para além das 2 milhas, para pôr fim a este cenário repetitivo e catastrófico lesivo do ambiente.

Surge agora, portanto, uma oportunidade única, de fazer justiça, do município se penitenciar perante os males causados a Âncora e demonstrar que efetivamente têm esse respeito pelos ancorenenses.

Por isso mesmo, a Junta de Âncora compreendendo e respeitando integralmente a decisão da Câmara Municipal, entendeu colocar as seguintes questões que passo a enumerar esperando um compromisso do Executivo nas



Assembleia Municipal de Caminha

negociações que vierem a ser levadas a efeito com a nova empresa das águas, uma vez que aqui neste plenário já foi referido que o contrato pode conter algumas lacunas, parece que o mesmo pode vir a ser revisto incluindo e passando a incluir as exigências que me parecessem ser justas para os ancorense.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, fez a seguinte intervenção;

“A Câmara Municipal de Caminha inicia esta proposta da pior forma, valorizando os investimentos feitos pelos municípios nos últimos anos, dando a ideia, completamente desconexa, de que esta proposta não faz, de facto, qualquer sentido. Aliás, esse entendimento tiveram os municípios que realmente investiram, nos últimos anos, para garantir este serviço, em cada vez melhor qualidade, às suas gentes.

Caminha une-se precisamente aos outros que, com esta medida, avançam na entrega deste domínio a entidades gestoras que foram, e continuam a ser, organizações que alimentam e engrossam a Águas de Portugal.

Ninguém está sensível a aceitar este argumento que assume então, que depois de tamanha realização, Caminha chega à conclusão que o seu investimento deve ser entregue à Águas de Portugal.

Ou há um raciocínio desconexo, ininteligível e incompreensível, ou há gato escondido com rabo de fora.

Diz a Câmara Municipal de Caminha que este negócio se traduzirá numa melhoria da qualidade de vida das populações. Ora depende do entendimento da Câmara Municipal de Caminha sobre o que é a melhoria da qualidade de vida. No imediato, esta medida resultará no aumento exponencial do preço da água, e isto, não porque ela se torna mais cara na captação, mas porque a nova empresa não só cobrará a água como também as obras que realizará na otimização do sistema. Ou seja, a Câmara quer convencer-nos a todos que realizou inúmeras melhorias, mas afinal o problema está num sistema obsoleto. Para o resolver, coloca os munícipes a pagar a modernização do sistema,



Assembleia Municipal de Caminha

acima do valor da água, demitindo-se e abandonando a população à mercê da vontade de uma empresa na qual praticamente não tem voz.

Ora sejamos honestos com a população. Foi o PS e o PSD que no Alto e Minho e no país foram estimulando o fim dos serviços municipalizados de água e saneamento, vendendo os sistemas e concentrando o setor numa única empresa, a Águas de Portugal. E isto para quê? Para facilitar a futura privatização do setor.

Gozando de honestidade, diga-se também, a verdade aos munícipes do Concelho de Caminha. O que se passa é que na década de 90, a Câmara de Caminha tinha duas possibilidades. Ou investia na rede de águas, ou vendia o sistema em alta, como se veio a verificar, a uma empresa na qual também entrava o município. Contas fáceis para o PS de então que iniciou o abandono do setor, já na altura com algumas provas de ineficácia do sistema. Muitos de nós se lembram da ETAR da GELFA, recém-construída, tratar um caudal maior no Inverno do que no Verão, época estival que implicaria aumento de população, logo maior caudal de água. E quem pagava, o município, pois claro. Assim, nem o sistema melhorou, nem os ganhos resolveram a dívida que começa aí e se consolida já com o PSD, ao longo de 12 anos à frente da Câmara Municipal. Novas contas feitas, e usando uma vez mais a verdade, não é para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que Caminha cria esta empresa; não é para o município enriquecer em recursos e modernização do sistema; É sim por incapacidade de pagamento da dívida da água que a Câmara Municipal de Caminha decide entrar na venda deste recurso essencial às populações. É por esta incapacidade que a Câmara Municipal de Caminha entrega tudo, a água, a faturação, a cobrança, os trabalhadores, o know how, os sistemas, que mesmo obsoletos eram nossos. Tudo para acabar com um problema que este executivo prometeu resolver, mas que foi incapaz de o fazer. Por isso o partido que sustenta este executivo, juntamente com os presidentes de junta do Partido Socialista, votaram contra a moção que trouxemos a esta mesma assembleia, antecipando esta decisão, e impedindo a



Assembleia Municipal de Caminha

adesão do município de Caminha. Quando a dita melhoria de vida chegar na forma de cobrança, numa folha de cálculo com números maiores que o papel, terão, os presidentes de junta, que explicar as contas aos seus fregueses, e terão, os eleitos municipais, que fazer o mesmo aos munícipes. E quando afinal perceberem o grande retrocesso que defenderam e que aprovaram, terão que, daqui a 30 anos, dizer que a CDU tinha razão. Que esta entrega afinal não tinha volta.

O Município de Caminha, com esta aprovação, perderá para sempre o domínio da sua água.

E de nada vale sustentarem-se em falsos argumentos no articulado da constituição da empresa, porque o que é claro dele é que a Águas de Portugal ficará sempre a ganhar, mesmo em situação de privatização, já que os municípios, nessa situação, ganham apenas o direito de aquisição das ações. Mas quem terá o capital necessário para tal? Mais fácil será aos municípios a venda das suas próprias participações do que a aquisição das ações do sócio maioritário. Já para não falar no conceito de Setor Empresarial do Estado que integra as empresas públicas e as empresas participadas, e estas últimas preveem organizações empresariais onde o Estado detenha uma participação permanente, de forma direta ou indireta, desde que o conjunto das participações públicas não origine influência dominante, logo, pode o Estado deixar de ser maioritário na Águas de Portugal que nada se altera nesta empresa.

Tão pouco vale o argumento dos ganhos de escala e do acesso a fundos comunitários porque uma associação entre municípios serve os mesmos fins.

Mas não deixa de ser estranho que o PSD ande, no Alto Minho à deriva.

Aqui, no concelho de Caminha, estão, com a CDU, alinhando-se em defesa das populações e da água pública. Mas no âmbito da CIM ficou a CDU sozinha na inquirição e no posicionamento contra esta intenção. É que afinal há municípios liderados pelo PSD que entram neste negócio, deixando antever que se o PSD estivesse na liderança do concelho de Caminha, o destino seria



Assembleia Municipal de Caminha

exatamente o mesmo dado pelo PS.

Ficará para registo futuro que no dia de hoje, se aprovada esta intenção, é a população que perde, porque os eleitos que escolheu para a representar preferem apoiar um executivo incapaz de resolver a dívida que tem com a água, e passa-a diretamente para a população que terá que pagar não só essa dívida, como tudo o que de futuro se fizer no sistema, acrescentando ainda a manutenção, e só por fim, a água que irá consumir.

Em abono da verdade, ninguém aqui poderá prever o preço a pagar, porque nenhum dos que hoje vão decidir terá qualquer voz na fixação do preço para faturação da água. Só sabemos todos que, mal esta empresa tenha a posse, a fatura subirá no imediato, não parando de subir ao longo dos 30 anos. Aliás, as regras de trifário não ignoram que o que mais vale é sempre o lucro, já que caso a empresa não recupere o investimento ou o custo do serviço prestado, procede-se de imediato à revisão do tarifário. Ou seja, são sempre os munícipes que pagam a fatura.

Importa também, tal como já tínhamos alertado, medir o impacto sobre os trabalhadores. Numa medida que interfere diretamente com eles, e com a própria organização futura do município ao nível do quadro de pessoal, que negociação foi feita e qual foi o posicionamento dos trabalhadores. Que clareza na informação foi usada, porque a transição para a nova entidade gestora altera o seu vínculo laboral, inclusivamente passando para o nível do contrato individual, pondo fim à contratação coletiva que garante uma maior proteção no trabalho.

Que explicação foi dada à população, porque a esta assembleia nada foi ainda dito sobre o novo quadro de pessoal que eliminará este setor na respetiva divisão.

Pois, uma vez mais, para não ter o executivo que lidar com a dificuldade criada pelo PS e pelo PSD, não serão só os munícipes a pagar a fatura, mas também os próprios trabalhadores.

No fundo, esta solução só tem três interessados: A Câmara, que deixa de fazer



Assembleia Municipal de Caminha

o seu trabalho; A Águas de Portugal, que aumenta o seu monopólio; e os partidos interessados na futura venda da Águas de Portugal, privatizando definitivamente a água, deixando-a até em mãos estrangeiras.

Digam o que disserem, por mais que tentem enganar as evidências, nunca houve nada em Portugal que resultasse em benefício para a população portuguesa com as privatizações de setores estratégicos. Liberalizou-se o preço dos combustíveis, dizendo que a população pagaria menos, o que nunca aconteceu. Ofereceu-se a banca falida, para hoje lhe pagarmos as dívidas. Vendemos e liberalizámos a energia, para a pagarmos mais cara que nunca. Vendemos e liberalizámos as comunicações, e somos dos europeus que mais pagam. Vamos vender a água, no que hoje será um primeiro passo, para, se não tivermos dinheiro, morreremos à sede. A não ser, claro, enquanto não vedam o rio, que lá se beba, mas aí que dirão, os que hoje defendem esta proposta, sobre a qualidade de vida, a salubridade e a continuidade de um serviço.

Talvez seja este o vosso problema.

É que não falamos apenas de um serviço.

Falamos antes da vida das pessoas.

Estão hoje a tentar deitar por terra o esforço de tantos que no passado investiram para termos água pública para todos.

Disse.”

A Senhora Deputada Paula Aldeia, mais uma vez saudou todos os presentes e fez a seguinte intervenção;

“Responsabilidade, seriedade e sobretudo, coragem e verdade! Estas são as palavras certas para caracterizar a tomada de posição de quem lidera o nosso concelho.

Responsabilidade, porque face á situação em que se encontra o nosso município relativamente à dívida da água, este executivo decide, não empurrar o problema com a barriga, mas sim encontrar soluções! Responsabilidade,



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

porque contrariamente àqueles que fortemente contribuíram para aqui chegarmos e que agora assobiam para o lado tentando manipular a verdade e a opinião pública, este executivo assume!

Seriedade, porque face à insustentabilidade de cobrar água a 38 cêntimos e pagá-la a 58, face à impossibilidade em garantir nos próximos anos investimento real em novos equipamentos, novas redes de abastecimento de água e saneamento, garantindo assim que a água que chega às nossas casas seja de qualidade e em quantidade, este executivo reage e assume com coragem que esta situação não pode continuar. Esta é uma forma séria e estrutural para poder garantir que teremos água potável e um bom serviço de saneamento nos próximos 30 anos!

Coragem, porque ainda que esta matéria tenha vindo a ser estudada desde 2009 pelos diversos municípios, faltou sempre coragem para assumir que só assim, poderia ser garantido a todos, o direito à água pública.

Pública sim! Porque trata-se aqui de uma Empresa pública que será detida em 51% pela empresa, também ela pública, das águas de Portugal e os restantes 49% pelos 7 Municípios que a vão integrar nesta primeira fase. Municípios dos diversos quadrantes políticos do nosso distrito, municípios do PSD, do CDS, do PS e independentes.

Pública sim, contrariamente aos que falam em "privatização". Pública e com garantias de que se algum dia, houvesse a vontade do estado em privatizar parte ou a totalidade das "Águas de Portugal", o acordo agora assinado ficaria sem efeito, e tudo voltaria para a alçada dos Municípios! Infra-estruturas existentes e entretanto criadas.

Pública sim, porque os funcionários que pretenderem integrar esta nova empresa não perdem nem o seu estatuto nem os seus direitos e poderão, se assim o entender, regressar aos quadros dos municípios.

De nada serve andar a "intoxicar" a opinião pública, lançando um cenário de terror que não existe! Sério seria pedir àqueles que durante 12 anos governaram o nosso concelho que informassem com verdade a população, que



Assembleia Municipal de Caminha

com verdade falassem da entidade Reguladora, a ERSAR, e do facto dessa mesma entidade ter vindo ao longo dos anos a exigir e a ameaçar intervir, se o município não atualizar as tarifas da água. Sério e com verdade seria pedir-lhes que informassem a população de que Caminha é o município do distrito onde a tarifa é mais baixa. Sério e verdade é dizer que este executivo sempre disse que iria baixar a fatura da água, a fatura digo bem, e ela baixou. Sério e verdade seria não vir pedir referendos ou auscultações quando se deixou uma dívida de 5 milhões de água por pagar, quando se hipotecou o património do concelho para garantir a participação numa Parceria, essa sim público/privada que deixa o nosso concelho sufocado. Pouco sério, e direi mesmo, incoerente é esta atitude, pois não me lembro de ter havido qualquer referendo quando venderam os recursos hídricos do concelho, ou quando decidiram prolongar o contrato com a empresa das águas da altura de 30 para 60 anos!

Caros Municípes, com este acordo fica garantido a sustentabilidade da água do nosso concelho nos próximos 30 anos; fica garantido o acesso a fundos comunitários que de outra forma nos estariam vedados, teremos significativas melhorias nas nossas redes de abastecimento e saneamento, com investimentos na reabilitação e expansão das redes nos próximos 5 anos, teremos garantias de qualidade da nossa água, teremos garantias de que não haverá quebras no fornecimento! A água vai aumentar? Isso é inevitável, mas não da forma como alguns pretendem fazer acreditar! Vamos partir do zero, questões sociais terão acompanhamento especial, tal como agora. Caros municípes, temos de ser responsáveis e saber que não podemos pôr em risco esse bem tão precioso, e cabe-nos, em consciência, com responsabilidade e coragem, aprovar esta decisão que nos é apresentada.

Disse.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte; “Antes de mais devemos salientar que a discussão deste tema — Constituição da Empresa Pública “Águas de Alto Minho”- é um tema que desde a primeira



Assembleia Municipal de Caminha

hora não interessa ser discutido pelo Partido Socialista.

Ao Partido Socialista não interessa a discussão deste tema, o que realmente lhe interessa é a votação e aprovação desta Empresa Pública. Esta é a primeira denúncia que deve ser feita, e que deve ser noticiada a todos.

Na Assembleia Municipal de 27-04-2018 a CDU, através do seu Deputado Municipal, Sr. Celestino Ribeiro, apresentou uma Moção intitulada "A Água é um direito Universal" em que manifestava a sua disposição para iniciar uma discussão pública deste tema, e nada melhor que iniciá-la numa Assembleia Municipal. Embora apoiada pelo Grupo do PSD desta Assembleia Municipal, esta Moção foi chumbada pelo Grupo do Partido Socialista.

Vemos que o Partido Socialista, já nesta data dava sinais inequívocos de não desejar qualquer discussão sobre este assunto.

E até á data de hoje, este Executivo Socialista liderado pelo Presidente Dr. Miguel Alves, limitou-se a efetuar uma reunião em 24-05-2018 com a maioria dos Presidentes de Junta do nosso Concelho, onde sem qualquer discussão, o Sr. Presidente da Câmara manifestou a sua pretensão de que a Câmara Municipal de Caminha fizesse parte desta Empresa Intermunicipal, em que os sistemas de água e saneamento deixarão de ser geridos pela autarquia e passarão a ser geridos, por um período de 30 anos, pelo Grupo Águas de Portugal/Águas do Norte.

Foi a sua vontade única sobre um bem que é de todos e que não lhe pertence, nem à sua maioria. É de todos os caminhenses e os mesmos deveriam ter sido ouvidos nesta tomada de decisão.

Esta foi a única reunião efetuada por este Executivo.

Mesmo em reunião de Câmara, quando o PSD propôs que este assunto fosse sujeito a Referendo Concelhio, o mesmo foi prontamente chumbado pela maioria Socialista do nosso Executivo.

Não houve interesse em marcar qualquer Assembleia de Freguesia ou qualquer discussão pública sobre este assunto.

Uma mera operação urbanística de construção de uma habitação ou de um



Assembleia Municipal de Caminha

simplem loteamento está sujeito a procedimentos prévios de "Consulta Pública". Não é admissível que uma transformação tão profunda na gestão dos recursos públicos hídricos não seja objeto de uma discussão pública com a divulgação rigorosa dos seus objetivos.

Não é à data de hoje, que iremos discutir e modificar o que quer que seja sobre este dossier, quando o que hoje realmente interessa, é aprovar o mesmo, uma vez que na data de 30-06-2018 tem de estar tudo aprovado em Assembleia Municipal para que esta candidatura seja válida aos Fundos Europeus. Por outro lado, devemos denunciar que a constituição desta Empresa vai colocar o preço da água em níveis escandalosos e proibitivos.

Pelos nossos cálculos uma família de 4 elementos, que em maio de 2018 tem uma conta de água e saneamento de 27,59 Euros, pagará em maio de 2019, a quantia de 46,28 Euros. Uma subida de 68%. Uma Empresa de V. P. Âncora que tem uma conta em maio de 2018 de 402,90 Euros, pagará em maio de 2019, cerca de 973,69 Euros. Uma subida de 142%.

A taxa social de água será de 24 Euros.

Pergunto: Quem a poderá pagar?

Para além do mais, esta Empresa, durante o ano de 2019, tem previsto 3,3 milhões de Euros em vencimentos para o respetivo Conselho de Administração.

Quem pagará tudo isto? É claro! Estes custos estarão refletidos na nas contas da água que todos nós pagaremos no fim de cada mês.

Estamos manifestamente contra a forma como esta Empresa está formada, e acreditamos que no âmbito da Comunidade Intermunicipal haveria por certo outras alternativas.

Poderia ter sido constituída um trabalho entre todos os municípios e as propostas para candidatura aos fundos europeus já teria volume suficiente para ir buscar o tão apregoado investimento. Não precisavam de constituir uma nova empresa pública, com mais cargos públicos de nomeação, cujo ónus dos vencimentos (3,3 milhões de euros) ficarão a ser pagos por todos os



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AP' and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

municípes.

Da forma como as coisas vão ficar, as Autarquias ficarão reféns de tarifas niveladas, desconsiderando as diferentes realidades socio económicas dos diferentes concelhos, verificando-se uma falta de investimento por parte da nova empresa na ampliação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, subida exponencial do preço praticado ao consumidor, para além de que a centralização dos serviços na capital do distrito levará a uma perda de eficácia e um prejuízo para a população.

Finalmente os trabalhadores camarários verão as suas funções desaparecerem nos municípios e a terem que se sujeitar ou a passar para a empresa, ou a ficarem no Município, mas a exercerem outras funções que nada têm a ver com o seu conteúdo funcional.

Desde já sabemos que se prevê que a maioria dos trabalhadores não vá aceitar esta proposta (imposta). Por aqui podemos ver como efetivamente esta proposta não tem aceitação nem entre os funcionários municipais. Só os executivos autistas estão a tentar impor esta vontade contra tudo e contra todos, aprovando à pressa em todo o lado para ver se passa despercebida. Cerca de 80% dos municípes não sabem o que estamos a aprovar, nem quais as consequências desta deliberação que o PS quer impor, como já o fez em 2000 e que obrigou o município a ficar refém de decisões erradas.

Não aprendemos com os outros. De norte a sul vemos os concelhos que aderiram a este tipo de concessões há uns anos, como Mafra, por exemplo, a revogarem a decisão por considerarem que não trouxe nada de bom para o município e ainda aumentou os encargos das famílias desnecessariamente. Mas aqui no distrito, um passo atrás de todos, lá vamos nós, por interesse e motivação de criação de uma nova empresa e todos os cargos e encargos de nomeação que lhe estão subjacentes, aprovar por maioria de alguns, mas por todos a pagar.

Finalmente, ficará sempre a pairar no ar que esta nova Empresa, apesar de pública, visa o fim último de privatizar a água no Distrito de Viana do Castelo e



Assembleia Municipal de Caminha

colocar este bem ao dispor e gestão de uma única empresa. Vila Praia de Âncora foi prejudicada quando este Executivo Socialista facilitou a implementação do Continente dentro da sua área urbana prejudicando assim o comércio local.

Vila Praia de Âncora foi prejudicada quando este Executivo Socialista foi conivente com o encerramento da Cooperativa de Ensino Ancorensis. Caminha foi duramente prejudicado quando este Executivo Socialista aprovou o novo Plano Diretor Municipal.

Em 2019 vamos todos ser fortemente penalizados com os novos preços da água que este Executivo Socialista vai hoje aprovar nesta Assembleia Municipal.

Em 2019 seremos todos penalizados quando este Executivo Socialista subir os valores de IMI e de IRS, depois de os ter baixado e ter ficado sem receita para fazer face à sua despesa e ter contraído dívidas e prejuízos de milhões de euros.

Quando baixou os impostos, por razões eleitoralistas e sem pensar nas consequências dizia que era para devolver rendimentos às famílias. Na altura preocupava-se com as famílias, e agora, vai aumentar-lhes a água deliberadamente, que pagarão mais de água do que o que alguma vez lhes devolveu de IRS e já não ficando preocupado com as famílias do Concelho.

O Concelho está cada vez mais sujo, mais à deriva, está a acabar com eventos de renome e não existe investimento empresarial forte e mesmo assim, a sua única preocupação é criar uma nova empresa pública, com cargos de nomeação, a serem pagos por todos os munícipes através do aumento exponencial dos valores da água.

Não aceitamos.

Queriam investimento no distrito, juntavam-se todos no âmbito da CIM. Conseguiriam os mesmos investimentos. Se o objetivo é só criar uma nova empresa pública para se livrar do seu problema de incapacidade de gestão municipal, e pôr todos a pagar as suas decisões, ideologias e interesses, isso



Assembleia Municipal de Caminha

já não podemos concordar.

Por tudo isto votamos contra.”

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que irá votar favoravelmente esta proposta por várias razões, sendo a primeira, porque, as águas sempre foram o caos financeiro do Município de Caminha. E pergunta, se de todos que ali estão podem garantir se no Verão todas as torneiras possam ter água. E, se todas as torneiras têm a mesma qualidade de água em todas as Freguesias do Concelho de Caminha. Refere ainda o Senhor Presidente de Junta que existem muitas Freguesias em que as águas vêm das nascentes do monte, as pessoas, podem dizer que no monte não se mete herbicida. Contudo, passem junto ao monte de Azevedo, junto aos sete caminhos que liga a Riba de Âncora, e comprovem se ali metem ou não herbicida. Isto, já para não falar nas infraestruturas da água, que ainda esta semana teve que ligar ao Senhor Vereador duas vezes para irem fazer reparações a Riba de Âncora, só que as reparações não são feitas de imediato, a rede está a rebentar pelas costuras, a água fica a correr pelos caminhos, os caminhos estragam-se, porém, isso não importa a ninguém. Refere ainda o Senhor Presidente de Junta que as pessoas estão a esquecer-se que quando a rede rebenta sai água, mas entram outras coisas, que vão ter as suas casas. Logo, a qualidade da água não é igual para toda a gente. Existem casas que se constroem no Concelho de Caminha que não se consegue colocar água pública. E Pergunta se isto é um motivo de orgulho para o Concelho de Caminha, alguém tem de ter coragem para acabar com esta pouca vergonha que têm sido as águas do Concelho de Caminha que já há muitos anos trazem prejuízos para Concelho. E esses prejuízos caem sobre a Câmara Municipal, e caem sobre todos nós. As Freguesias ficam sem dinheiro e não podem fazer



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

obras. Contudo, ninguém tem coragem para dizer aquilo que pensa. Esta é a minha opinião.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, ao abrigo da alínea f) do n.º1, do art.º 25 do Regimento, pede a palavra para apresentar um protesto. O protesto prende-se pela condução dos trabalhos. Uma vez que estão inscritos para discutir um problema da ordem do dia, não é antes da ordem do dia, é um direito dos eleitos discutir uma matéria que vai afetar a toda a população e vossa excelência não permitiu que todos os eleitos se pudessem pronunciar na íntegra para discutir este ponto.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este é um tema complexo e muito importante para o Concelho de Caminha, e por isso vai dar ali alguns esclarecimentos. E disse que aquilo que aconteceu na antecâmara deste ponto, este documento que se esta ali a discutir foi o documento apresentado em câmara e aprovado e que corresponde ao último documento que o Município de Caminha teve conhecimento e acesso. Não consegue garantir que esta versão seja a verdadeira, nem o inverso. Teve o cuidado de ao longo da sessão enviar mensagens, não por falta de educação, mas, para tentar perceber o que aconteceu, porém, os colegas que lhe responderam, têm datas diferentes de terem recebido a minuta. Têm datas diferentes entre todos. Se de facto, esta versão não for a correta, a solução é ir à reunião de câmara indicando essas diferenças, fazer nova proposta e voltar ali à Assembleia Municipal.

Em segundo lugar, disse o Senhor Presidente que dará o pensamento do executivo sobre esta matéria e depois responderá a algumas intervenções. Contudo, não quer perder a oportunidade, de dizer que aquilo que ali estão a fazer tem um impacto na vida dos munícipes durante os próximos trinta anos. Terá impactos positivos que são os mais valiosos e outros menos positivos associados à questão da tarifa. Contudo, ressalva ali uma diferença, uma



Assembleia Municipal de Caminha

posição do seu ponto de vista errada, mas, coerente da CDU e de uma oposição errada e de uma hipocrisia grotesca do PPD-PSD nesta Assembleia Municipal. E essa hipocrisia, não tem haver com aquilo que tem acontecido em anos passados, mas com o facto do que está ali a acontecer. Representantes do PSD noutras Câmaras Municipais não correspondem em nada áquilo que se ouviu ali dizer. Para que não haja dúvidas sobre esta matéria, e vê que ainda há Presidentes de Junta que ainda não perceberam, o que ali se está a aprovar é uma parceria com uma empresa pública. Porque junta uma empresa Águas de Portugal, que é uma empresa cem por cento pública na esfera do estado e depois tem em 49 por cento os seus municípios de acordo com a percentagem dos seus clientes. Pode-se pensar que no futuro possa vir a acontecer uma privatização, que a CDU alerta para essa situação.

Contudo, o próprio contrato que se fez ressalva essa matéria, ou seja, o contrato deixa de estar em vigor e tudo regressa à primeira forma. A questão da qualidade da água associada à capacidade de fazer reparações, arranjar as roturas, dizer às pessoas que a água que recebem em casa tem qualidade para ser consumida, referindo ali com toda a tranquilidade que se não se investir no nosso abastecimento, seja, nos nossos reservatórios, seja na canalização, se não se fizer um investimento sério, não se consegue manter os níveis de hoje. E como já se disse ali, os níveis de hoje têm situações muito preocupantes. Ainda esta semana, o Município de Caminha foi multado com uma contraordenação, por algumas situações da qualidade da água nomeadamente em sistemas autónomos. A Câmara Municipal de Caminha tem que garantir às pessoas que bebem água potável. Já existem freguesias que no pico do Verão não têm água. A Câmara Municipal de Caminha tem que ir buscar com as cisternas dos bombeiros água para alguns pontos do Concelho. Hoje, existem situações muito difíceis em reservatórios sem poder garantir a intervenção de terceiros. Infelizmente, pela perda de trabalhadores que se teve, pela degradação da própria maquinaria, pelo crescimento da população no Concelho de Caminha, pelo crescimento da rede de saneamento e da rede de



Assembleia Municipal de Caminha

água, hoje a Câmara de Caminha presta um serviço de reparação de ruturas superior ao que prestava no passado. Existem muitas dificuldades, e o que se tem de fazer, é falar a verdade às pessoas. No Vale do Âncora, os problemas que tem com as equipas, de baixas médicas desde o início do mandato, de pessoas que não trabalham porque estão doentes, e tem pessoal do Vale do Âncora que pedem pessoal aos fins de semana, mas não há piquetes não se pode ir.

Logo, não pode garantir à freguesia que tem uma estrutura que acorre a esses riscos. Quando não se tem capacidade de reparar essas situações, tem de encontrar soluções porque as pessoas não podem ser prejudicadas nessa matéria. E por isso, a qualidade da água é essencial.

Quanto à questão da ERSAR, disse o Senhor Presidente que esta é a entidade reguladora, e tem referido por várias vezes que a Câmara Municipal de Caminha tem que efetuar a modernização das suas redes, ou seja, do seu sistema, torná-lo mais eficiente. O Concelho de Caminha não fatura 47 por cento da água que recebe, falha permanentemente com a ERSAR e também relativamente aos custos. Não me digam que agora vão ser as pessoas a pagar. As pessoas já pagam através dos impostos, a Câmara Municipal de Caminha, recebe a água a um preço, e é paga pelas pessoas a outro preço. São 950 mil euros que se perdem, estes pagos pelos munícipes, uns que consomem muito, outros que consomem pouco. Aqueles que pagam impostos em Caminha, independentemente de pouparem água, cada vez mais gastam dos seus impostos para consumir água. Metade da água que vendemos não consegue superar a outra metade de água que compramos. E em Caminha 94 por cento da água que recebemos é importada. A ERSAR que é a entidade reguladora ainda este ano enviou um parecer sobre o tarifário de saneamento e resíduos para 2018, referindo que o tarifário do saneamento e água proposto pela Câmara para 2018 não cumpre a recomendação tarifária da entidade reguladora, e ainda que a Câmara de Caminha propõe um tarifário que conduz a gastos por via tarifária insuficiente devendo promover uma melhoria sobre



Assembleia Municipal de Caminha

este indicador. As estruturas sanitárias propostas pelos serviços de restabelecimento de água devem ser corrigidas de acordo com o tarifário e a Lei que a ERSAR impõe um tarifário nos municípios. Contudo, disse o Senhor Presidente que se isso acontecer, teremos que pagar o triplo ou o quádruplo do daquilo que pagamos atualmente.

Quanto aos trabalhadores da Câmara Municipal de Caminha, disse o Senhor Presidente que o que está em causa é a adesão voluntária por parte dos trabalhadores a esta empresa, só vai quem quer e se for tem garantido os seus direitos e regressar à Câmara Municipal se não estiverem satisfeitos. Porém, se continuarem na Câmara irão fazer outro trabalho sem estar ligado às águas que será negociado, e se encaixarem naquilo que são as necessidades da Autarquia.

Quanto à tarifa disse o Senhor Presidente que esta vai ter de subir, sendo que em Caminha será onde subirá mais, porque é a mais baixa relativamente aos outros municípios. Isto quer dizer que estamos a subsidiar mais a água do que os outros municípios. Mas a tarifa tem de facto de se adequar aquilo que são os custos de manter uma rede de água qualificada. O executivo teve que negociar para que subisse o mínimo possível, o que quer dizer que a tarifa vai subir para os valores cobrados no Concelho de Viana de Castelo, ou seja, as tarifas não vão passar para um valor impensável. As pessoas de Âncora e Vila Praia de Âncora vão começar a pagar a tarifa que paga Afife e Soutelo. No âmbito da nossa empresa no que diz respeito a esta tarifa de agregação a Viana do Castelo é inferior às que se pagam em Esposende, Vila Nova de Famalicão, Trofa, Esposende, Porto, em toda esta circunstância. Neste contexto do Norte, talvez Guimarães e Vila Real seja um pouco abaixo. E, refere o Senhor Presidente que se está satisfeito com isto, não, preferia não ter de aumentar a tarifa, melhorar tudo, mas isso não é possível. Porém, se a Câmara Municipal de Caminha não entrar nesta agregação não tem a possibilidade de beneficiar de 7 milhões de euros que está previsto para os próximos cinco anos, no âmbito desta empresa para melhor as redes. Nos



Assembleia Municipal de Caminha

últimos dez anos em renovação de rede, a Câmara não gastou um milhão, em dez anos a Câmara não gastou um milhão e agora vai ter um investimento em cinco é bom, mas só a agregação permitirá que se possa ir fazer mais saneamento e alargar redes de água em algumas Freguesias.

O Concelho de Caminha só em dívida em acordos e PAEL que vêm desde 2005 deve 8,6 milhões que ainda se tem de pagar. Se se tiver em conta que metade dessa água não é faturada isso quer dizer que se herdou um problema. O PSD do dinheiro que recebeu dos municípios de 2005 até 2013 fizeram desaparecer 4 milhões e 300 euros que aplicaram em outras coisas.

E se a isso, se acrescentar que há um défice por ano de 950 mil euros, quer dizer que só nos últimos anos de liderança do PSD deixaram uma herança para todos pagar de impostos de 14 milhões de euros. Enquanto este sistema vigora e se não se conseguir pagar as faturas de água, é receita que entra. Porém, agora não, vai ter de se pagar a água. E fazer uma contabilidade de quantas instituições, clubes, associações, não pagam água sobrecarregando os municípios.

E no dia 1 de fevereiro todos irão receber uma fatura de água, mesmo aqueles que acham que o município não apoia as instituições. Quando receberem a fatura de 1500 euros de água por mês vão perceber que ao longo destes anos o que foram sempre apoiados pelo município. Isto, para não se falar de ligações clandestinas que se encontram sempre que se mexe nas ruas ao longo do tempo.

As premissas sobre a capacitação do sistema para resolver problemas ali foram elencadas pela CDU. Contudo, aquilo que não pode admitir o Senhor Presidente é aqueles que se regeram por uns princípios, venham agora defender outros. Ir ali um Presidente de Junta do PPD/PSD dizer que está contra uma privatização que não existe e dar como exemplo a questão da EDP que foi privatizada pelo seu partido como os CTT, a Caixa Geral de Depósitos ou é ignorância ou é desfaçatez. Isto quer dizer-lo ao Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Municipal de Caminha anda a negociar desde 2009 uma possível agregação. Fez uma reunião com os Senhores Presidentes da Junta e o Senhor Presidente teve a oportunidade de falar e não ouviu uma única palavra da parte dele. Escondeu-se. Porque, o executivo deu essa oportunidade e falar. Tem de se fazer esse debate e não abandonar os munícipes à sua sorte. Agora, o executivo fez o seu trabalho e o Senhor Presidente não tem a certeza de que todos saibam qual é o seu trabalho. Dois meses a correr água no Largo em Âncora, não haver ligações depois de incêndios em Riba de Âncora, ter os presidentes do Vale de Âncora a queixar-se da incapacidade da Câmara Municipal para proceder a reparações. Isso, sim, é deixar os munícipes à sua sorte. Contudo, esse tempo vai terminar, agora termina de facto com alguma dor e é por isso que a Câmara Municipal terá do ponto de vista social uma parceria com esta empresa, ou seja, há determinados preços que são aplicados do ponto de vista social e tendo em conta as necessidades das pessoas. Mas, a Câmara Municipal terá também o poder de isentar total ou parcialmente algumas situações como se faz hoje. Existem programas de apoio para isso. Porém, tem de se enfrentar esta situação, viu-se este Verão municípios muito mais fortes como Viseu sem água. O Município de Caminha tem uma importação de 94% de água, porque não conseguem garantir que as mães de água que tem tenham essa qualidade de água; existem sistemas debilitados, tem-se canalização há 50 e 60 anos e sempre que se faz alguma manutenção essas canalizações cedem, por isso, tem que se fazer alguma coisa. Tem-se que apontar um caminho e este é o caminho, é difícil, mas tem de se ter a coragem de o enfrentar. A alternativa para isto é manter tudo igual, não se faz investimentos nos próximos anos, não garantir rede, nem reparação nem mais saneamento e provavelmente determinar uma tarifa com o dobro ou o triplo da que se tem.

Para terminar disse o Senhor Presidente que esta decisão seja tomada de forma racional. Votem no que é este documento, e que se possa dar um sinal de que todos estamos motivados em resolver os problemas da nossa



Assembleia Municipal de Caminha

comunidade. Contudo, preferia estar ali a defender mais investimento e a mesma tarifa, mas não é possível. A partir do dia 1 de janeiro de 2019, seja uma empresa pública com a participação do Município de Caminha a tratar da cobrança, das reparações, dos pagamentos, do investimento da água, saneamento e resíduos sólidos daqui do Concelho em parceria com os nossos vizinhos de Viana do Castelo, Cerveira, Valença, Ponte do Lima.

Muito Obrigado.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, em defesa da honra, informa o Senhor Presidente Miguel Alves, e a Assembleia que ontem ausentou-se da reunião, infelizmente por doença da sua esposa. Contudo, isso foi muito baixo da parte do Senhor Presidente, e para que tenha conhecimento na sexta-feira a sua esposa teve um AVC e teve que ir para Braga.

O **Presidente da Câmara, Miguel Alves**, refere que pede imensa desculpa, mas não entra nesse registo. Tem todo o respeito pela esposa do Senhor Presidente de Junta, pelo que se está a passar, mas, não vai criar ali um sistema de vitimização sobre estas matérias, o Senhor Presidente da Junta esteve numa reunião com outros Presidentes de Junta onde foram debatidas várias temáticas com várias intervenções e não houve uma única intervenção dada pelo Senhor. E logo depois, fez um vídeo. Não vale apenas misturar estas realidades. Espero que a sua esposa melhore e que fique tudo bem.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento à mesa, e só o faz hoje, porque vê que o Senhor Presidente está muito cioso com o cumprimento do regimento, sobretudo dos tempos, e por isso, pede-lhe que o esclareça sobre qual foi a figura regimental para o controlo do tempo que usou na participação do Senhor Presidente da Câmara neste ponto.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 13 votos contra e 1 abstenção.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez a seguinte declaração de voto:

“A CDU-Coligação Democrática Unitária, votou contra a proposta de Constituição da Empresa Pública “Águas do Alto Minho” para integração dos sistemas municipais de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais urbanas com a participação do município de Caminha por considerar que:

1. Este negócio em nada responde às necessidades do município, à exceção da incapacidade financeira de gerir a dívida da água;
2. Este negócio encerra em si mesmo uma dupla penalização para os munícipes de Caminha já que na pseudopolítica do consumidor pagador, serão eles pagar diretamente não só o seu consumo como a modernização do sistema, algo para o qual foi contribuindo ao longo dos anos;
3. Este é um negócio lesivo para o município porque este jamais recuperará o sistema, uma vez que em qualquer situação a Águas de Portugal é sempre ressarcida do seu investimento, seguramente em valor superior à capacidade do município de Caminha;
4. Este negócio não salvaguarda o interesse público e a gestão pública da água, uma vez que o clausulado, apesar de permitir a aquisição das ações da Águas de Portugal em caso de saída do Setor Empresarial do Estado, o que já de si é uma impossibilidade financeira, é astuto, porque o Setor Empresarial do Estado integra as empresas públicas e as empresas participadas, e estas últimas preveem organizações empresariais onde o Estado detenha uma



Assembleia Municipal de Caminha

participação permanente, de forma direta ou indireta, desde que o conjunto das participações públicas não origine influência dominante.

5. Este negócio determina o fim da capacidade do município em gerir a sua água, o seu sistema, deixando um dos setores onde é mais preponderante a gestão municipal;

6. Este negócio desresponsabiliza os executivos do PS e do PSD que cobraram mensalmente, ao longo dos últimos cerca de 20 anos, as faturas de água aos munícipes do concelho de Caminha e agora, pelas mãos do PS, escondidos na alçada de uma empresa, vão colocar uma bomba, na forma de fatura, nas mãos das populações, como se elas fossem culpadas pela gestão ruinosa deste setor no concelho de Caminha;

A CDU votou contra depois de esgotada e tentada a não integração de Caminha neste negócio, na garantia de que este era o voto que respeitava e salvaguardava os interesses das populações, porque não há legislação alguma que impeça os municípios de se associarem, tendo ganhos de escala e recorrendo a fundos comunitários em situação igualmente vantajosa.

Disse.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, fez a seguinte declaração de voto:

“O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha vota contra a constituição da Empresa Pública “Águas do Alto Minho”.

1. Votamos contra porque este acordo representa um engordar do Estado, cujos encargos e luxos são suportados pelos munícipes nas tarifas da água;

2. Votamos contra porque a criação desta Empresa retira às Autarquias — nomeadamente à Autarquia de Caminha - toda e qualquer possibilidade de intervenção na sua gestão;

3. Votamos contra porque o tarifário atingirá um preço altíssimo, incomportável para alguns munícipes, porque segundo a filosofia de gestão desta Empresa, o preço da água deve cobrir todo e qualquer encargo futuro que a mesma venha a ter;



Assembleia Municipal de Caminha

4. Votamos contra porque o clausulado encerra o risco evidente de desvios líquidos acumulados e consequente dissolução da Entidade Gestora, cujos encargos uma vez mais serão encaminhados para os munícipes, no evidente reflexo da inconsciência e devaneio da administração autárquica;
5. Votamos contra porque os trabalhadores municipais vão ficar obrigados a aceitar outros modelos de trabalho que não desejam, havendo mesmo o perigo de os mesmos serem obrigados a mobilidade geográfica, assim como, perigo de redução de postos de trabalho;
6. Votamos contra porque existem outras formas de efetuar a gestão pública da água ficando o interesse da autarquia devidamente salvaguardado;
7. Votamos contra porque suspeitamos que este este é o primeiro passo para uma futura privatização da água no Distrito de Viana do Castelo.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências entre o Município de Caminha e a CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de junho de dois mil e dezoito, relativa ao **“Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências entre o Município de Caminha e a CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º1, do art.º25, da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de



Assembleia Municipal de Caminha

contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Entidade Intermunicipal, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências entre o Município de Caminha e a CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) 2ª Revisão ao Orçamento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de maio de dois mil e dezoito, relativa à “**2ª Revisão ao Orçamento**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “2ª Revisão ao Orçamento”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de junho de dois mil e dezoito, relativa à “**Constituição Nominal do Conselho Municipal de Educação**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do art.º 6, do Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, pela Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro e pelo Decreto-lei nº 72/2015, de 11 de maio, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a nomeação do conselho Municipal de educação, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove que o Conselho Municipal de Educação do Concelho de Caminha, integre os seguintes Conselheiros;

- O Presidente da Câmara Municipal, que preside – Luís Miguel da Silva Mendonça Alves;
- O Presidente da Assembleia Municipal – Luís Augusto Pestana Mourão;
- A Vereadora Responsável pelo Pelouro da Educação, que substitui o Presidente, nas suas ausências e impedimentos – Liliana de Sousa Ribeiro;
- O Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal, em representação das Juntas de Freguesia – Miguel Gonçalves;
- O Delegado Regional da Direção de Serviços da Região Norte, integrada na Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, ou quem o Diretor Geral dos



Assembleia Municipal de Caminha

Estabelecimentos Escolares designar em sua substituição – José Mesquita/Natália Costa;

- A Diretora do Agrupamento de Escolas – Maria Esteves;
- Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público – Carlos Gaspar Segadães Carrilho;
- Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público – Flamiano Gonçalves Martins;
- Um Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública – Maria da Glória Lopes Gonçalves Correia;
- Um Representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados – Angelina Presa;
- Dois Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação – Anabela Maria Monteiro Dias e Flora Alvarenga;
- Um Representante das Associações de Estudantes – Eda Maria Pires Gonçalves;
- Um Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a desenvolver atividade na área da Educação – Manuel de Sousa Marques;
- Um Representante dos Serviços Públicos de Saúde – Olga Leite;
- Um Representante dos Serviços de Segurança Social – Raquel Miriam Pestana e Mota Tavares;
- Um Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional – José Fernando Monteiro de Matos;
- Um Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto – Maria Amélia Barbosa Castanheiro;
- Um Representante das Forças de Segurança – Gabriel Miranda Barbosa.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Handwritten signature in blue ink, possibly 'P' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 voto contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa às **“Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Caminha”**, conforme documento anexo, apresentado pelo grupo de trabalho criado para elaborar o projeto do Regimento da Assembleia Municipal de Caminha, nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º29 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Assim, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as seguintes alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Caminha:

- Alteração à alínea b) do nº 2 do artigo 17º

Atual «Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que a mesa cumpra produzir»

Proposta «Prestação de informações ou esclarecimentos que a mesa cumpra produzir»

- Alteração ao nº 3 do artigo 22º

Atual «A cada grupo municipal caberá, se assim o entender, um período de 3 minutos para réplica política, no final da intervenção do Presidente de Câmara, o qual terá direito a treplica por igual período»

Proposta «A cada grupo municipal caberá, se assim o entender, um período de 3 minutos para réplica política, no final da intervenção do Presidente de Câmara»



Assembleia Municipal de Caminha

- Alteração ao nº 3 do artigo 23º

Atual «É concedida a palavra aos vereadores dos respetivos pelouros para intervir, sem direito a voto, nas discussões, a solicitação de qualquer força política»

Proposta «É facultada a intervenção dos vereadores nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal»

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás**, disse que esta matéria lhe parece pertinente, em opinião própria, que as alterações em proposta não convergem para o melhoramento da regularização, nem da condução, nem da mediação dos trabalhos. Disse ainda que as únicas alterações que este regimento deveria ter, prendem-se com a prestação dos Presidentes de Junta ali no plenário, tal como hoje e na maioria das vezes foi mais que evidente, e desse modo, essas alterações deveriam começar por se estabelecer, como, a definição clara e concisa do estatuto que detém o Presidente de Junta neste órgão, ou seja, em que condição participa, como Presidente de Junta ou como Deputado. Se o é como Presidente de Junta onde represente a sua população a qual o elegeu, não deve estar sujeito a regras de tempo de intervenção, as quais são descontadas aos representantes dos partidos políticos. O que lhe parece, e se torna premente que se defina o quanto antes, quando se usa da palavra para fazer politica ou para reivindicar melhoramento para a sua Freguesia, contudo se o Presidente de Junta intervém como Deputado aí sim deve estar sujeito, ao tempo usado como um Deputado, podendo sempre recorrer ao seu tempo de Presidente de Junta para expor assuntos inerentes à sua Freguesia. Disse ainda que o Regimento deveria ser mais seletivo no que se refere as matérias de debate, nomeadamente assuntos direcionados para política nacional, que felizmente não tem sido muito usado nestas ultimas sessões, mas, que na sua opinião se



Assembleia Municipal de Caminha

perde muito tempo, e as questões que são pertinentes para o Concelho e para eles, passam ao lado, julga no seu entender que esta matéria devia ser seleccionada. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que se deveria encontrar soluções para contrariar a perda de emprego, e essa matéria é que deveria ali estar a ser debatida, não de agora, mas já de algum tempo atrás, e que se perde com condições de carácter nacional sem qualquer necessidade, e aquilo que são os problemas do Concelho volta a reiterar passam ao lado. Outras questões fundamentais que neste plenário deveriam ser discutidas, como a retoma de emprego que foi perdido com o fecho dos Lacticínios Âncora, a Empresa Aurélio Martins Sobreiro, a Mourassos, entre outras, e aquilo que lhe parece é que essa matéria não tem vindo a ser discutidos ao longo das sessões no âmbito daquilo que são os interesses do Concelho de Caminha.

Lamenta o Senhor Presidente da Junta, aquilo que se passou, ao não poder expressar a sua opinião, mas, irá procurar outros meios para o fazer.

E para terminar quanto à votação deste ponto, disse que irá votar desfavoravelmente.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, queria ali fazer algumas considerações, mas, durante a Assembleia viu-se ali algumas situações do regimento e viu-se algumas situações de evocação, da não concordância etc. etc. Porém, houve um período de discussões, e quem o quisesse poderia apresentar as suas sugestões, foi criado um grupo de trabalho que hoje apresenta algumas conclusões. E aquilo que o Senhor Presidente da Junta quer ali hoje referir é que ainda existem algumas matérias que se tem de pensar novamente, o regimento é um trabalho que se tem de apurar, mas, existe um facto que não pode ali deixar passar, tem de dizer uma palavra ao Presidente da Assembleia sobre o Regimento; o Senhor está somente a cumprir o regimento. Não há ali questões de bom ou mau senso, há o cumprimento do regimento. Disse ainda que no passado assistiu ali a uma situação que não gostou, e que levaram



Assembleia Municipal de Caminha

durante muito tempo sempre com o mesmo anátema, portanto o Senhor Presidente da Assembleia não é um antidemocrático, o Senhor Presidente da Assembleia cumpre o regimento que todos livremente o fizeram e escolheram.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que faz das suas palavras as palavras do Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Caminha/Vilarelho, porque, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha é um dos grandes democratas do nosso Concelho e ele limita-se a fazer cumprir tudo aquilo que todos aprovaram. Relativamente ao regimento, solicita a Senhora Deputada que lhe explicassem ali exatamente a alteração ao número 3 do artigo 23º.

O **Senhor Primeiro Secretário, João Silva**, agradece as palavras do Senhor Presidente da Junta Miguel Gonçalves, em nome do Senhor Presidente da Assembleia, porque realmente não é fácil gerir, e foi uma situação lamentável que ali se assistiu e não se pode abrir exceções, e se houvesse honestidade por parte de cada um dos líderes das bancadas, em determinados assuntos, poder-se-ia acordar falar 10, 15 ou 20 minutos.

Relativamente à questão da Senhora Deputada Paula Aldeia, a alteração que houve ao número 3 do artigo 23º, prende-se pelo que está previsto no artigo 48, número 3 da Lei 169/99 em que no regimento fala da palavra dos Vereador dos respetivos pelouros, quando não é isso que diz na Lei Geral, e foi de facto apresentada uma proposta por parte do PSD e concordou-se com essa precedência. É facultada a intervenção dos Vereadores nos debates sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que aquilo que entendeu, é que qualquer dos Senhores Vereadores ali presentes, é facultada a intervenção dos mesmos nos debates sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso**, disse para esclarecimento final que, qualquer dos Senhores Vereadores ali presentes poderá ter palavra sempre que o plenário ou o Senhor Presidente da Câmara assim o entender. Ou, o substituto legal do Presidente da Câmara em caso de ausência deste.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, solicita um pedido de esclarecimento, e pergunta ao Senhor Presidente para que fique tudo esclarecido, para que não haja confusão. O seu secretário falou na sua intervenção na honestidade dos líderes de bancada, para que não haja dúvidas pedia-lhe por favor uma explicação.

O **Senhor Primeiro Secretário, João Silva**, disse que quando o proferiu, foi para que se discutisse o tema e a mesa não se importaria que se houvesse unanimidade em que se pudesse falar 15 ou 20 minutos, ficaria estabelecido ali no momento na Assembleia, pelo que, não haveria problema nenhum. Não está ali a referir que V. exas., não são honestos. Era muito fácil chegar a esse consenso, e dizer que esse assunto é importante e pertinente e que se deveria dar mais tempo a essa matéria.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o líder da bancada do PSD foi muito cordial e brando desta vez. Mas ele ainda seria mais brando já que desculpava o Senhor Secretário, porque este não soube o que disse, foi sem intenção.

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou se alguém se opõe a que as três alíneas sejam votadas globalmente. Como ninguém se opôs, passou-se à votação.

A **Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso**, faz um pedido de esclarecimento, diretamente ao Presidente da Junta de Âncora, mencionando que o regimento a qualquer momento pode ser alterado em algumas alíneas. E



[Handwritten mark]

Assembleia Municipal de Caminha

pergunta se ele se opõe a estas três alterações na globalidade?

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 voto contra e 1 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H10M, do dia 30 de junho de 2018, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

[Handwritten signature of João Alberto Silva]

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

[Handwritten signature of Sónia Lajoso]

(Sónia Lajoso)

O Presidente

[Handwritten signature of Luís Augusto Pestana Mourão]

(Luís Augusto Pestana Mourão)